

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**

**Curso de Relações Internacionais**

**FERNANDA FERREIRA RODRIGUES ROSA**

**PLANTAR SOLIDARIEDADE, COLHER RESISTÊNCIA:  
CONTRIBUIÇÕES DO MST PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO  
BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA.**

**Dourados - MS**

**Setembro/2023**

**Fernanda Ferreira Rodrigues Rosa**

**Plantar Solidariedade, Colher Resistência: contribuições do MST para a participação política no Brasil no contexto da pandemia.**

Trabalho de Conclusão de Curso como pré-requisito para obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Déborah Silva Monte.

**Dourados – MS**

**Setembro/2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R789p Rosa, Fernanda Ferreira Rodrigues  
Plantar Solidariedade, Colher Resistência: contribuições do MST para a participação política no Brasil no contexto da pandemia. [recurso eletrônico] / Fernanda Ferreira Rodrigues Rosa. – 2023.  
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Déborah Silva do Monte.  
TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.  
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Democracia. 2. Participação. 3. MST. 4. Pandemia. I. Monte, Déborah Silva Do. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 4 de setembro de 2023, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Fernanda Ferreira Rodrigues Rosa** tendo como título “**Plantar Solidariedade, Colher Resistência: contribuições do MST para a participação política no Brasil no contexto da pandemia**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dra. Déborah Silva do Monte** (orientadora), **Dra. Marisa de Fatima Lomba de Farias** (examinadora) e **Dr. Arthur Ramos do Nascimento** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DEBORAH SILVA DO MONTE  
Data: 04/09/2023 18:20:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dra. Déborah Silva do Monte**

Orientadora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARISA DE FATIMA LOMBA DE FARIAS  
Data: 05/09/2023 15:40:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dra. Marisa de Fatima Lomba de Farias**

Examinadora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ARTHUR RAMOS DO NASCIMENTO  
Data: 04/09/2023 19:33:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dr. Arthur Ramos do Nascimento**

Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus familiares, em especial à minha mãe, Gessilda, ao meu falecido pai, Maurício, e minha irmã, Amanda. Por todo o incentivo a realização da graduação, pelas trocas, afetos e apoio que me forneceram ao longo desses anos de estudo. Sem dúvidas, vocês construíram parte desse título comigo.

Aos meus amigos de Presidente Bernardes, Isabella, Sérgio, Felipe, Paulo, Álif, Samuel, André, Júlia que me acompanham há um bom tempo. Por todas as trocas que tivemos, discussões filosóficas, experiências de vida e perspectivas. Este trabalho também cresceu e se desenvolveu a partir dessas trocas, uma parte da pesquisadora que sou hoje se deve a vocês.

Aos meus amigos de Dourados, em especial Fernanda, Heloisa e Wysner, por serem minha família nesses anos de graduação. Por nossas trocas no curso e na vida, pelo apoio e por me incentivarem tanto. À Debora, por todo companheirismo, carinho, compreensão, por tonar esse encerramento mais leve.

Aos companheiros de luta, nas entidades que participei e nos movimentos que integrei. Todas as reuniões, formações e construções coletivas que estive presente agregaram muito na minha formação e no meu desenvolvimento. E parte da construção desse trabalho, em especial o entusiasmo e paixão pelo tema se devem a essas vivências que foram proporcionadas nos espaços coletivos de luta.

A minha professora orientadora Déborah Monte, pela inspiração como professora e pesquisadora, pelas orientações deste trabalho e das trocas proporcionadas. Aos demais professores e professoras que tive a honra de conhecer durante a graduação, pelos ensinamentos técnicos e vivências. Aos técnicos e técnicas que se dedicam a UFGD e ao funcionamento da universidade pública de qualidade, em especial os amigos que fiz durante o estágio no Gabinete da Reitoria.

Uma dedicação especial a todas e todos que constroem os movimentos populares no Brasil e resistem, se reinventam, mesmo diante de momentos tão adversos e desesperança. Aos companheiros e companheiras do MST e do Levante Popular da Juventude, por tantos aprendizados, os agradeço imensamente.

*Antes que acabe o ano*

*Ademar Bogo*

*Antes que acabe o ano*

*Farei uma poesia*

*Para dizer em versos*

*Que iremos renascer*

*Junto com o ano novo;*

*De novo...*

*Mas o ano velho também será lembrado*

*Ele é a causa presente terminando*

*Conhece-nos detalhadamente*

*E nos dá razão.*

*Continuará em nós*

*Em sabedoria e experiência*

*Em lembranças*

*Em consciência.*

*Antes que acabe o ano insatisfeito*

*E venha o ano bom*

*Farei uma poesia*

*Para zombar do tempo e da corrupção;*

*Zombar daqueles que pensam que venceram*

*Quando apenas se condenaram ainda mais*

*Por isto não renascerão*

*Nem terão um ano bom.*

*Antes que acabe o ano*

*Farei uma poesia às flores e aos amigos*

*Porque ambos guardaram as sementes*

*Para o novo plantio.*

*Juntos faremos as colheitas.*

*Antes que acabe o ano*

*Farei uma poesia aos novos planos*

*Em nome da continuação.*

## **RESUMO**

Alguns regimes democráticos pelo mundo assistiram a retrocessos nos últimos anos, como o caso do Brasil. A pandemia da Covid-19 aprofundou o cenário, devido à confluência das crises sanitária, econômica, política, ambiental e social. Considerando a capacidade de atuação dos movimentos sociais para o aprofundamento democrático, o presente trabalho orienta-se pelo seguinte problema: quais foram as contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a participação política no Brasil na pandemia? A partir da revisão bibliográfica, foi feito um estudo de caso que analisa a democracia brasileira à luz da teoria da democracia participativa, a participação no Brasil durante a pandemia e identifica eventuais contribuições do MST. A democracia brasileira apresentava processo de ampliação da participação institucionalizada após 1988, disseminação de políticas públicas e maior abertura para os movimentos sociais. A luta do MST contribuiu para o aprofundamento democrático, na promoção da reforma agrária e na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Os retrocessos democráticos se demonstram em reformas estruturais para retirada de direitos, limitações à participação social, pouca abertura às demandas sociais, ataques aos procedimentos e regras do jogo. O governo de Jair Bolsonaro demonstra a ofensiva neoliberal em curso, promoveu reformas em prol do estado mínimo, sucateando serviços públicos. A pandemia escancarou as consequências desse projeto e as ações desenvolvidas pelo MST representaram um contraponto aos retrocessos. Contribuíram para a participação política através da promoção de campanhas de articulação política, disseminação de informações alternativas e ações de solidariedade. O caráter pedagógico da participação nessas ações representa impactos positivos para democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia; Participação; MST; Pandemia

## **ABSTRACT**

Some democratic regimes around the world have witnessed regressions in recent years, as is the case with Brazil. The Covid-19 pandemic has exacerbated the situation due to the convergence of health, economic, political, environmental, and social crises. Considering the capacity of social movements to deepen democracy, this study is guided by the following question: what were the contributions of the Landless Rural Workers' Movement (MST) to political participation in Brazil during the pandemic? Through a literature review, a case study was conducted that analyzes Brazilian democracy in light of participatory democracy theory, participation in Brazil during the pandemic, and identifies potential contributions from the MST. Brazilian democracy had been undergoing a process of expanding institutionalized participation since 1988, disseminating public policies, and being more open to social movements. The MST's struggle contributes to the deepening of democracy by promoting agrarian reform and defending the rights of the working class. Democratic setbacks are evident in structural reforms aimed at withdrawing rights, limitations on social participation, limited responsiveness to social demands, and attacks on procedures and rules of the game. The government of Jair Bolsonaro demonstrates an ongoing neoliberal offensive, promoting reforms in favor of a minimal state and undermining public services. The pandemic has exposed the consequences of this project, and the actions taken by the MST represented a counterpoint to the setbacks. They contributed to political participation by promoting political coordination campaigns, disseminating alternative information, and engaging in acts of solidarity. The pedagogical nature of participation in these actions represents positive impacts on democracy.

**KEYWORDS:** Democracy; Participation; MST; Pandemic

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Manifestantes protestam contra o aumento da tarifa do ônibus e metrô em São Paulo .....	34
Figura 2 - Manifestação na Avenida Paulista, São Paulo (SP), em março de 2016, levantava bandeiras antipetistas .....	34
Figura 3 - Manifestação #Elenão no Largo da Batata em São Paulo .....	38
Figura 4 - Bolsonaro cumprimenta manifestantes em Brasília.....	43
Figura 5 - Apoiadores de Jair Bolsonaro em manifestação no Dia do Exército, em Brasília, em 2021. ....	45
Figura 6 - Torcedores antifascistas dos quatro grandes clubes de São Paulo protestaram com uso generalizado de máscaras .....	45
Figura 7 - 1º Congresso Nacional do MST .....	50
Figura 8 - Camponeses se formam em Direito por meio do Pronera na Bahia .....	53
Figura 9 - Marcha Nacional pela Reforma Agrária 2005.....	56
Figura 10 - Distribuição de alimentos saudáveis em todo país .....	63
Figura 11 - Doação alimentos do MST em Pernambuco.....	64
Figura 12 - Preparação de marmitas em cozinhas comunitárias .....	65
Figura 13 - Distribuição de marmitas .....	66
Figura 14 - Projeção Fora Bolsonaro.....	69

## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	8
2 A PARTICIPAÇÃO NA DEMOCRACIA: TEORIAS E ATORES .....	14
2.1 Teorias da democracia .....	14
2.2 Participação, associações e direitos .....	18
2.3 Movimentos sociais .....	22
3 PARTICIPAÇÃO E PANDEMIA NO BRASIL .....	27
3.1 Participação no Brasil: avanços e limites.....	27
3.2 Retrocessos democráticos .....	33
3.3 Os impactos da covid-19 na política e na participação.....	41
4. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA .....	49
4.1 História de luta e repertórios de ação.....	49
4.2 Reinventar a luta diante da pandemia .....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS .....	77

## INTRODUÇÃO

A democracia é um dos objetos de estudo da Ciência Política, um conceito em disputa entre as correntes teóricas, na sociedade e em projetos políticos. O debate acerca do tema é histórico, os conceitos se modificaram ao longo do tempo e são afetados pelas transformações sociais, dando espaço a novas interpretações. Ao final do século XX, havia certo otimismo com relação aos caminhos traçados por este regime político, da consolidação das democracias ocidentais, como no estabelecimento de novas democracias na América Latina, África e Ásia. Isso se deve, principalmente, pela estabilidade conferida pela visão procedimental da democracia, que trata a respeito dos procedimentos que a caracterizam.

Entretanto, mesmo com os aspectos formais mantidos, já haviam indícios desde a crise mundial de 2008, que os regimes democráticos estavam abalados, com o aumento da insatisfação popular e entraves para o seu aprofundamento. Ameaças às democracias consolidadas preocuparam especialistas chamando atenção para o fenômeno, livros como “Crises da democracia” (PRZEWORSKI, 2019) e “Como as democracias morrem?” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) foram fenômenos de vendas e popularizaram o tema dentro e fora da academia.

Outras teorias surgiram conforme as transformações da sociedade que não eram contempladas por essa vertente procedimental. Pois, mesmo que apresentassem aspectos positivos em seus procedimentos e regras do jogo, não se analisava substancialmente as características que se relacionam a ela. Uma das vertentes é a *democracia participativa*, que busca recolocar o papel da participação para além da escolha dos representantes. Fornece, dessa forma, outra perspectiva sobre o papel do Estado em promover justiça social e como a participação é capaz de contribuir com o aprimoramento dessa (PATEMAN, 1992). A partir das diferentes teorias, torna-se possível mudar a perspectiva de análise sobre determinado assunto, com maior ou menor ênfase no que se deseja trabalhar.

A democracia no Brasil é nova, compreende o período da Nova República, instituído ao fim da Ditadura Militar e consagrado pela promulgação da Constituição Federal de 1988. De modo geral, as democracias latino-americanas partilham de características específicas, devido a herança colonial e anos de violência e submissão dos povos, que ainda se perpetuam na sociedade atual. Na violência contra o povo negro e povos indígenas, na concentração de riquezas, na economia voltada a exportações de *commodities* e a predominância do agronegócio. Essas características não foram superadas com a Constituição apelidada de “cidadã”, mas forneceram uma base para dar início a transformações importantes na

sociedade, visto que também é fruto de uma transição lenta e gradual herdeira do regime militar (MUSSE, 2021).

Nesse sentido, a participação foi institucionalizada, como parte do Estado, que ficou responsável por criar canais que dessem abertura para os sujeitos. Os canais de participação para formulação de políticas públicas foram importantes para incorporar grupos marginalizados do jogo político que contribuíram na formulação de alternativas aos problemas sociais.

A breve contextualização da democracia brasileira fornece algumas provocações para pensarmos a democracia para além dos procedimentos que caracterizam o sistema, mas elementos profundos que têm relação também com aprofundamentos e retrocessos. Nesse cenário de otimismo, ocorreram fatos que chamaram a atenção até mesmo da vertente procedimental e suscitaram acalorados debates. Fatos como as massivas manifestações de 2013, o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva em 2018 e a eleição de Jair Bolsonaro também em 2018. Este último, ganhou destaque por suas características de extrema direita, sendo um forasteiro da política tradicional dos grandes partidos brasileiros, organizando um forte movimento, o “bolsonarismo”.

Em termos de avanços e retrocessos, busca-se na literatura sobre o tema compreender esses fenômenos, em que medida impactam sobre a democracia ou na cultura política do Brasil. O governo de Bolsonaro foi marcado por muitas polêmicas e ganhou grande destaque nas análises da ciência política e para além dela. O discurso e a ruptura caracterizada pelo desmonte do Estado são expressões características da extrema direita. O primeiro ano foi marcado por intensas reformas, cortes orçamentários, privatizações, bem como a reação popular diante disso.

Os movimentos sociais são definidos como agentes de mudança que buscam afetar e são afetados pela política institucional, segundo as teorias de confronto político. Assim, contribuem para processos de democratização quando aumentam o número de participantes na política pública, principalmente grupos novos e marginalizados, conferindo-lhes um estatuto igual e contra imposições de desigualdades categóricas nos processos políticos públicos (TATAGIBA, 2021). No Brasil, a atuação dos movimentos sociais ganhou destaque durante a luta pelo fim do regime militar e na formulação da Constituição Federal. Em diversos aspectos, contribuem para o aprofundamento democrático e conquistas sociais importantes diante da pressão que exercem no Estado, além de transformações na sociedade pelo impacto de suas ações, na conscientização sobre suas pautas ou outras formas pelas quais desenvolvem suas lutas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma das maiores organizações populares da América Latina e dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária do mundo. Sua formação foi concomitante ao período da redemocratização e sua atuação dentro da democracia brasileira é reconhecida, suas ações junto às instituições políticas variaram conforme a conjuntura política do país. A forma tradicional e mais conhecida de atuação são as ocupações, elas são capazes de chamar atenção do Estado para a redistribuição de terras improdutivas, promovendo a reforma agrária. Além disso, atuam pelo ativismo público, negociações, participação eleitoral e outras formas (CARTER, 2006).

As bandeiras de luta do movimento não se delimitam a luta pela terra e reforma agrária, mas na construção de um novo projeto de sociedade, composto pela: cultura, na valorização dos saberes populares, democratização e popularização da cultura no país, promovendo a dignidade humana; Reforma Agrária Popular, garantir o acesso à terra para quem trabalha nela, aos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraizeiros e quilombolas, sobretudo uma reforma agrária, considerando o uso social e racional da terra para garantir a soberania alimentar a partir da alimentação saudável; no combate à violência sexista, que afeta mulheres, em especial as mulheres negras, mas também as opressões que recaem sobre a população LGBTQIA+; pela democratização da comunicação, contra os monopólios e a sua utilização para obter lucros, defendendo o apoio do Estado a iniciativas populares e diversas; pela saúde pública; desenvolvimento, em busca de eliminar a pobreza e a desigualdade social; diversidade étnica; sistema político, aumentando a participação popular direta, “nas várias instâncias de decisão do poder político e social, construindo uma verdadeira democracia popular participativa”; e pela soberania nacional e popular (MST, 2023)<sup>1</sup>.

O embate se estabelece ainda na democracia brasileira, de herança colonial, na permanência dos latifúndios para a produção do agronegócio, e a atuação de um movimento expressivo que demanda a reforma agrária, por meio das ocupações e ativismo. Para os governos neoliberais, a defesa do Estado mínimo é incompatível com a ampliação orçamentária de certas políticas públicas, com expressão de sua ofensiva após Michel Temer assumir e promover reformas<sup>2</sup>. Com isso, a atuação do MST não é bem-vista, sua imagem nos

---

<sup>1</sup> <https://mst.org.br/quem-somos/>

<sup>2</sup> As reformas compreendem a retirada de direitos historicamente conquistados e promovidos pelo Estado, como a reforma trabalhista (Lei nº 13.467 de 2017), alterou as leis da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e indícios de precarização do trabalho. Além disso, houve também a reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415 de 2017) que torna o ensino mais profissionalizante e encara a dura realidade de precarização das escolas públicas. Também a reforma tributária, conhecida como Teto de Gastos (Proposta de Emenda a Constituição nº 55 de 2016) que congelaria os gastos públicos pelos próximos 20 anos. Início da tramitação da reforma da previdência (PEC 287/2016) e outras reformas como a alteração para exploração do pré-sal e a possibilidade de exploração por empresas estrangeiras, a terceirização em todos os serviços das empresas, são exemplos das mudanças

meios de comunicação tradicionais também é promovida de forma pejorativa. Antes mesmo de Bolsonaro concorrer à presidência, seus discursos de ódio se direcionaram à esquerda e aos movimentos sociais. O MST, como citado por sua dimensão, também foi alvo de seus discursos, que o categorizam como terroristas, a promessa de Bolsonaro era de criminalizar o movimento e inviabilizar as ocupações de terras. As ameaças não se restringiram somente ao MST, o que se assistiu após a eleição foi a maior dificuldade na atuação dos movimentos, seja pela intimidação ou pela restrição do Estado em atender as demandas sociais que exerciam pressão. A construção de concepção negativa histórica sobre o MST e as tentativas de criminalização também contribuem para a naturalização de práticas violentas contra o Movimento, seja por parte da milícia ou dos próprios agentes do Estado. O desmonte do Estado de bem-estar social brasileiro foi intensificado com as sucessivas reformas implementadas, na retirada de recursos dos serviços públicos e na privatização de grandes empresas públicas, durante o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro.

No mundo, a pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), conhecida como pandemia da Covid-19, ganhava cada vez mais a preocupação dos especialistas e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Um fenômeno sem precedentes no mundo globalizado por diversos fatores, como a alta transmissibilidade do vírus pelo ar, a dificuldade de sua contenção, necessidade de isolamento social etc. A doença teve início em Wuhan, na China, como indicam os primeiros casos ainda no final de 2019 e já preocupavam pela gravidade da doença nos sintomas dos internados. A OMS acompanhou de perto a evolução dos casos, convocando duas reuniões em janeiro de 2020, declarando uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) no dia 30 do mesmo mês. A velocidade em que o vírus se espalhou pelo mundo, em um primeiro momento afetando gravemente os países europeus, causou muitas especulações sobre, pois a ciência também não tinha respostas concretas. Algumas recomendações da OMS foram, em um primeiro momento, a detecção precoce, instauração de medidas de isolamento aos infectados, tratamento imediato dos sintomas e rastreamento de contatos de possíveis infectados. Somado a isso, voltou-se a atenção para a ampliação dos sistemas de saúde públicos, principalmente em países que apresentavam sistemas precários, devido a necessidade de internação e outras consequências para o tratamento dos doentes (MOREIRA; SANTOS; SOUSA, 2020).

Escancaram-se as dificuldades dos sistemas atuais em responder a crises sanitárias diante dos orçamentos. No Brasil, em 20 de março de 2020, conforme o Decreto Legislativo

nº 6, o Estado brasileiro reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública provocada pela pandemia da Covid-19. O decreto mencionado refere-se a dispensas do atingimento de resultados fiscais, com Comissão Mista para acompanhar a situação e a execução orçamentária. Demonstra-se preocupação máxima do governo Bolsonaro, sendo as contas públicas, pois no discurso o Presidente minimizou a gravidade da doença e não tomou ações antecipadas preventivas como recomendado pela OMS. A calamidade pública que se instaurou no país foi planejada pelo governo como será visto adiante, a magnitude disso ultrapassou 600 mil óbitos ainda em 2021. Além disso, ressalta-se a subnotificação dos casos, pela falta de testes e inacessibilidade aos serviços de saúde por parte de grande parcela da população, haja vista situações de extrema vulnerabilidade social-econômica e da sobrecarga no sistema de saúde pública.

A inexistência de uma preocupação com a governabilidade demonstrada pela recorrente troca de cargos ministeriais e pela inconsistência das ações durante a pandemia; a cooptação de opositores no legislativo; e a sua base de apoio fiel sustentada pelas redes sociais e *fake news*, marcam o seu governo. O ataque à democracia brasileira, em especial a destruição de políticas públicas, demonstra o teor de seu projeto e de suas bases ideológicas (AVRITZER, 2021). Não obstante, perturba os valores democráticos de igualdade, participação, representação e competição políticas, pluralidade social, mecanismos de monitoramento e controle, liberdades e o debate público (MENDONÇA, 2021). O retrocesso democrático aprofundado no contexto da pandemia do Covid-19 permitiu a utilização do Estado de Emergência para a concentração de poderes no Executivo Federal, marcado pela destruição das políticas de saúde, educação, meio ambiente e direitos humanos, ataques a transparência, e esvaziamento das instituições participativas (AVRITZER, 2021; MENDONÇA, 2021; MUSSE, 2021).

A partir dessas provocações, o presente trabalho pretende analisar quais as contribuições do MST para a participação política no Brasil durante a pandemia da Covid-19. Para alcançar o objetivo geral, será realizada a análise da democracia brasileira à luz da teoria da democracia participativa e da participação no Brasil no contexto da pandemia. Consistirá também na identificação das ações do MST durante a pandemia e suas eventuais contribuições.

A relevância da pesquisa reside na inovação da análise teórica a partir das contribuições políticas das ações empregadas pelo MST durante a pandemia para a democracia. Considerando que as pesquisas encontradas referentes às ações do movimento compreendem outros aspectos, como a identificação das ações desenvolvidas (SANTOS *et*

*al.*, 2021), na sua relação na contribuição com os conceitos da Segurança Alimentar e Nutricional (LAURENTINO *et al.*, 2022) e relacionadas ao alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 da ONU (MACHADO; ALBUQUERQUE JORGE; MANÇANO FERNANDES, 2022). Dessa forma, pretende-se analisar os aspectos fornecidos pela teoria da democracia participativa e contribuir para o debate sobre o papel dos movimentos sociais na democracia brasileira, em especial nos momentos de retrocesso. Além disso, muito se debateu na literatura a respeito dos retrocessos democráticos e as características do bolsonarismo, depreendendo também os seus impactos sobre o agravamento da crise sanitária e a análise da gestão da crise.

A metodologia de pesquisa utilizada para esse objetivo consiste em um estudo de caso a partir da revisão bibliográfica disponível sobre o tema. Desde a apresentação das teorias que serão utilizadas, até a análise com base na literatura já produzida sobre a democracia brasileira e a atuação do MST, inclusive durante a pandemia.

Dessa forma, o debate teórico entre a teoria procedimental e a teoria participativa será apresentado no primeiro capítulo, considerando a importância e o contraste das duas teorias. Serão discutidos também elementos específicos, como a participação, o papel das associações para o aprofundamento democrático e a sua relação com os direitos sociais. As teorias dos movimentos sociais contribuem para a análise do objeto em relação às teorias democráticas e como elas se relacionam. O segundo capítulo consistirá na análise da democracia brasileira, através do suporte teórico fornecido, pretende-se analisar desde os movimentos pela redemocratização até as transformações ocorridas durante a crise sanitária. O terceiro capítulo dedicar-se-á a contextualização histórica do MST no Brasil e suas eventuais contribuições para a democracia brasileira.

## 2 A PARTICIPAÇÃO NA DEMOCRACIA: TEORIAS E ATORES

O capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos das teorias da democracia, a partir do resgate sobre as diferenças da democracia formal e substantiva, para apresentar a teoria procedimental e a teoria participativa. Dessa forma, pretende-se debater os principais aspectos da participação, associações e a relação com a conquista de direitos correlacionando-os com as teorias e as formas que estas concebem esses elementos. Na última seção, a discussão perpassa sobre as formulações teóricas sobre movimentos sociais. As ferramentas analíticas apresentadas pela Teoria do Processo Político serão utilizadas para compreender formas de luta e atuação dos movimentos sociais na democracia, relacionando-as com a participação e a conquista de direitos, suas capacidades e limites.

### 2.1 TEORIAS DA DEMOCRACIA

Os debates acerca da democracia, seus valores e importância, são muito antigos e datam de mais de dois mil anos de trajetória. Para a análise contemporânea e compreensão das teorias atuais é necessário resgatar, ainda que brevemente, as três grandes tradições históricas do pensamento político. Durante a Antiguidade, a democracia era vista como algo pejorativo e não desejável, como nas obras de Platão e Aristóteles. Para os clássicos da antiguidade, a concepção de democracia era vista como o governo dos pobres, versão negativa do governo da maioria. A partir da dinâmica histórica de desenvolvimento do conceito ideal, foi marcado por “altos e baixos”, por vezes associada a elementos então negativos (BOBBIO, 1991).

As três tradições do pensamento democrático identificadas por Bobbio (1991) são: a teoria clássica, com o grande referencial de Aristóteles e as três formas de governo, na qual a Democracia remete ao Governo do povo, de todos os considerados cidadãos que gozam de direitos políticos, sinônimo de governo das leis e o protótipo do Estado de Direito; a segunda tradição seria a teoria medieval, sobre quem detém o poder político, a fonte do poder ancorada na soberania popular e não mais a soberania divina, torna-se representativa na figura do príncipe; e a terceira, a teoria moderna, inclui a ideia de república, o governo então dividido em poderes para que não haja imposição de um sobre os outros (BOBBIO, 1991).

Dentre as concepções tradicionais acerca da democracia, a teoria política moderna se inspirou nessas tradições para a formulação de conceitos associados à forma de governo, esse

período compreende o surgimento dos Estados Nacionais europeus. A confluência de tais formulações para o debate democrático contemporâneo concebe a evolução histórica dessa forma de governo. Portanto, também estão associadas às grandes teorias como o liberalismo, o socialismo e o elitismo. Bobbio (1991) apresentou um panorama sobre o desenvolvimento do termo democracia. Atenta-se ao significado formal da democracia e suas tipologias, apontando as diferentes práticas democráticas, a principal diferença nas formulações teóricas distingue a concepção da democracia formal, sendo simplificado pelo método de escolha de governantes, ou a democracia substantiva, concebendo-a como um sistema que é capaz de promover justiça social.

As formulações teóricas e as experiências democráticas ao longo do século XX estiveram relacionadas também às transformações das sociedades ocidentais, cada vez mais complexas e burocráticas. Nesse cenário, a questão da ampla participação foi até mesmo vista como ameaça, diante das consequências do apoio popular aos líderes autoritários e as tragédias que os acompanharam. Apenas no final do século, a partir dos anos de 1990, a democracia adquire significado positivo e envolvente de fato, todas as forças políticas querem estar associadas a ela, se tornando o horizonte político (MIGUEL, 2005).

A vertente da democracia contemporânea procedimental está associada ao pensamento liberal que se tornou predominante após o fim da Guerra Fria, e é a visão mais difundida no meio acadêmico até hoje. Para eles, a democracia é vista como um método, a preocupação muito se relaciona a defesa e ampliação das liberdades individuais e a competição eleitoral seria a disputa dessas liberdades (MIGUEL, 2005).

A preocupação volta-se aos procedimentos e principalmente à confiança no princípio das instituições, o conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados. Entretanto, ao se restringir a essa análise das instituições retira a diversidade de temas além dos procedimentos (BOBBIO, 1991).

Um dos grandes teóricos procedimentais é Joseph Schumpeter (1984), conhecido por elaborar uma teoria minimalista e elitista sobre o funcionamento democrático. Para ele, a democracia seria o método político, certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas. A livre competição pelo voto livre produz a escolha das minorias que governam, denominadas de elites. O bom funcionamento do método está ancorado na liberdade, concorrência e periodicidade das eleições.

Outro grande teórico da vertente procedimental é Robert Dahl (2005) que apresenta a concepção de Poliarquia e procura classificar em diferentes graus os “níveis de democratização” das sociedades industriais desenvolvidas. Utiliza-se de dois parâmetros para a classificação sendo o direito de participação em eleições e cargos públicos, e a contestação pública. Dessa forma, considera-se poliarquia a forma ideal democrática quando se atinge a plena liberalização da contestação pública e da inclusão pela participação. Para que isso ocorra, são necessárias algumas garantias institucionais para o bom funcionamento do sistema: liberdade de expressão, sem o risco de sérias punições em questões políticas; eleições livres, justas e periódicas; funcionários eleitos, investidura do cargo para o controle das decisões do governo sobre a política; fontes de informação diversificadas e independentes; autonomia para associações, partidos e grupos de interesse; cidadania inclusiva relacionada aos direitos anteriormente mencionados.

Em contrapartida, a partir dos anos 1960 surgem novas abordagens críticas e revisionistas das teorias democráticas com o objetivo de investigar as novas experiências democráticas e participativas que estavam se consolidando com processos de transição democráticos no Leste Europeu e na América Latina (ALENCAR *et al.*, 2013).

Como citado, as novas formulações adentram no debate sobre o conteúdo da forma de governo, a preocupação volta-se para o substancial. As novas possibilidades e experiências democráticas que eclodiram nesse período permitiram repensar a democracia em outros termos, visando a capacidade de melhoria do bem-estar social e redução das desigualdades pelo conteúdo democrático dentro das estruturas dos Estados (BOBBIO, 2007).

A teoria da democracia participativa compõe uma dessas novas abordagens, busca apresentar outra forma de análise da democracia para além dos arranjos e estruturas da vertente procedimental. A preocupação analítica dessa teoria se volta sobre a inter-relação das capacidades, habilidades e características dos indivíduos com as formas de estruturas de autoridade, opondo-se aos argumentos que sustentam ideias de características inatas ou puramente a falta de interesse na participação (PATEMAN, 1992; 2012).

Os princípios fundamentais dessa teoria consistem na ampliação política e participativa, não restrita ao sistema tradicional de representação, para a reconstrução do valor normativo da democracia. Ademais, a participação serve como ferramenta necessária para a diminuição das desigualdades sociais, à medida que o valor educativo e pedagógico do processo contribui para o desenvolvimento das capacidades humanas fomentando a

participação das camadas marginalizadas socialmente (ALCANTARA, 2018).

Por isso, uma das principais contribuições da nova teoria participativa destaca o caráter educativo da participação. Defendem que os indivíduos precisam interagir dentro de estruturas democráticas de autoridade que possibilitem a participação para aprenderem a participar. Essa ideia não se restringe somente à vida política em menor escala, também se aplica em esferas de participação não governamentais que são capazes de desenvolver o senso de eficácia política com efeitos psicológicos, e imbricam no aumento da participação a nível nacional. Com isso, a ideia de democratizar a democracia só é possível se ocorrerem mudanças nas estruturas de autoridade antidemocráticas (PATEMAN, 1992; 2012).

A democratização da vida cotidiana requer uma mudança drástica nas relações de produção, em especial nos locais de trabalho, contra a alienação. A retomada da autonomia dos trabalhadores está estritamente relacionada ao assumirem o controle sobre as decisões que impactam suas vidas. Esse processo também se amplia para outros espaços de convívio social como as escolas, vizinhanças, família e outros espaços (MIGUEL, 2017).

A busca por inclusão de todos, principalmente dos grupos historicamente marginalizados, nos processos políticos que envolvem a democracia, rearticula os ideais clássicos de cidadania e soberania popular. Com a perspectiva de construir um modelo aberto de participação constante dos indivíduos nos assuntos públicos, apresentam a combinação da participação direta e da democracia representativa. Pois, compreendem também os limites das sociedades cada vez mais complexas e burocratizadas, não pretendem romper com a representação (ALCANTARA, 2018).

Como Pateman (1992) demonstra, o processo participativo também requer o acesso à informação para que os indivíduos sejam capazes de tomar suas próprias decisões com maior confiança sobre o que está sendo tratado. É um elemento fundamental que se relaciona a educação política, ao nutrir os indivíduos com informações necessárias adquirem experiências para participação em outros temas e espaços. Para que isso ocorra é necessário reivindicar a ampliação dos espaços participativos aos atores historicamente excluídos dos espaços, mas sobretudo o caráter deliberativo desses espaços que devem ser acompanhados de condições que garantam a argumentação e aprendizagem no debate público (GASPARDO, 2018).

Para além da autonomia, a participação e o envolvimento político ampliam horizontes, devido ao caráter pedagógico da participação que seria a educação política desse processo.

Dessa forma, os indivíduos se tornam capazes de maior interlocução e de fiscalizar seus representantes políticos, no processo de *accountability*<sup>3</sup> (MIGUEL, 2017). Nesses espaços, a qualificação ocorre por meio do contato a respeito de questões coletivas que afetam o cotidiano das pessoas, incrementa a capacidade de julgamento dos indivíduos (GASPARDO, 2018).

A pluralidade de desenhos institucionais e inovações democráticas que decorrem do modelo participativo são os elementos que mais se distanciam do modelo liberal-elitista, pois não restringem a participação ao momento da escolha de representantes. Sejam esses desenhos de baixa intensidade, limitados aos momentos decisórios, ou de alta intensidade, envolvendo a formação da agenda e seu monitoramento posterior. As experiências inovadoras são forjadas a partir da sociedade civil e da luta política (GASPARDO, 2018).

Os apontamentos feitos sobre as teorias, das diferenças analíticas entre formais e substanciais, em especial o contraste entre a liberal-elitista e teoria participativa fornecem uma visão geral para a compreensão de qual concepção sobre democracia será trabalhada. Portanto, o objetivo se volta para a análise do conteúdo democrático.

## 2.2 PARTICIPAÇÃO, ASSOCIAÇÕES E DIREITOS

No tópico anterior o debate concentrou-se na teoria de maneira geral, abordando os principais elementos a fim de conceituar as diferentes vertentes democráticas. Como apontado, a democracia em qualquer uma de suas teorias remete ao elemento da participação, seja limitado a escolha dos representantes, seja na defesa de sua ampliação entre outros. Portanto, esse elemento merece a devida atenção, para compreendermos também a sua relação com as associações e direitos. As associações são constituídas pela escolha de participação dos indivíduos nesses espaços de socialização, pretende-se então realizar uma análise em como essa relação se estabelece e impacta na conquista de direitos sociais e políticos na sociedade civil.

---

<sup>3</sup> *Accountability* é um conceito amplo, a acepção mais difundida “diz respeito à prestação de contas e de responsabilização de agentes que exercem poderes delegados ou confiados” (Da ROS; TAYLOR, 2021, p.188). Como indica O’Donnell, a *accountability* vertical é exercida por meio dos cidadãos ao punir ou premiar, votando a favor ou contra um agente durante as eleições. Desde que ocorram eleições livres e justas, que as reivindicações não sofram coerção e que ocorra cobertura relativa da mídia sobre as reivindicações e atos ilícitos das autoridades (1998, p. 28). Diferentemente de *accountability* horizontal, expresso pela capacidade de agências estatais que têm poder e direito para realizar ações de fiscalização, supervisão de rotina, sanções legais ou até *impeachment* contra ações de agentes ou agências do Estado (1998, p. 40)

Como citado anteriormente, o surgimento das abordagens críticas da democracia nos anos de 1960 relaciona-se com a popularização da palavra participação no vocabulário político. A iniciativa dos movimentos estudantis em busca de ampliar a participação nas esferas do ensino superior foi concomitante à de diversos grupos que reivindicavam a implementação de seus direitos previstos (PATEMAN, 1992, p. 9). O termo que se popularizou também foi elemento central dentro da discussão nas teorias democráticas, entre apoiadores e até mesmo críticos de sua ampliação.

Na vertente minimalista elitista elaborada por Schumpeter (1961), a participação se restringe à possibilidade de eleger e também retirar as elites do poder, serve como uma proteção contra ações autoritárias. A apatia política seria vista como positiva, apenas os interessados em política exerceriam esse direito, amenizar o impacto das discordâncias em situações de mudança.

Diferentemente de Schumpeter, Dahl resgata a ideia de participação e inclusão em sua teoria sobre a forma ideal denominada Poliarquia. Esse seria um elemento fundamental para conceber os níveis democráticos somados às liberdades, em especial de contestação pública. Entretanto, a concepção de participação é limitada aos procedimentos que envolvem a escolha dos governantes, relacionada a forma de governo. Como demonstra, a garantia de participação em si não garante o pleno exercício dos direitos se as liberdades contestatórias forem limitadas.

Um país com sufrágio universal e com um governo totalmente repressivo certamente proporcionaria menos oportunidades a oposições do que um país com um sufrágio limitado mas com um governo fortemente tolerante. Conseqüentemente (*sic*), quando os países são classificados exclusivamente de acordo com sua capacidade de inclusão sem levar em conta as circunstâncias ambientes, os resultados são anômalos. No entanto, desde que tenhamos em mente o fato de que a abrangência do "sufrágio" ou, mais genericamente, de que o direito de participar indica apenas uma característica dos sistemas, característica essa que só pode ser interpretada no contexto de outras, ela é útil para distinguir regimes por sua capacidade de inclusão (DAHL, 2005).

Nota-se as diferentes formas em que a questão da participação é considerada dentro das formulações procedimentais. Ainda que as teorias compartilhem a concepção de democracia enquanto método de escolha de líderes, seja pela pura competição por votos, movidos pelos interesses individuais, seja pela manutenção do sistema, em virtude da capacidade de amenizar conflitos e a escolha da maioria. Em contraposição, a teoria participativa propõe resgatar os ideais de participação direta e do valor democrático, a ampla participação e inclusão de grupos marginalizados é capaz de reduzir desigualdades pela justiça

social.

O argumento sobre a participação defendido por Pateman (1992) parte da análise do desenvolvimento do senso de eficiência política relacionado às experiências democráticas em ambientes não governamentais. Com base nos estudos sobre indústrias que adotaram estruturas mais permissivas a participação dos trabalhadores sobre os assuntos antes reservados somente ao núcleo administrativo. Constatou-se o desejo da maioria dos trabalhadores em participar, nesses cenários houve aumento da confiança dos trabalhadores e contribuíram com a eficiência da empresa.

As experiências analisadas nas indústrias que, em certa medida, alteraram suas estruturas de autoridade ortodoxa apontam diferentes níveis de participação, como a pseudoparticipação, a participação parcial e a participação plena. O primeiro caso se caracteriza por uma técnica de persuasão que envolve os empregados a aceitarem decisões previamente tomadas pela administração. Essa experiência proporcionada, ainda que em menor grau, tem relação com o aumento da confiança e satisfação no trabalho, pois envolve os trabalhadores em um processo participativo, ainda que consultivo (PATEMAN, 1992).

Outra forma de participação é a parcial, capacidade de influenciar a decisão, mas não o poder de tomada de decisões. E por fim, a participação plena, na qual cada membro tem igual poder de determinar o resultado das decisões. A igualdade política pode ser entendida como igualdade de poder político na determinação do resultado das decisões. A participação no local de trabalho estimula a participação na política de forma mais abrangente, experiência adquirida na tomada de decisão da administração também é um treinamento para participação na tomada de decisões em níveis mais altos (PATEMAN, 1992).

Diferente da teoria elitista, que argumenta sobre o autoritarismo ser um traço de personalidade e a participação de tais indivíduos representar uma perigosa ameaça, a teoria participativa compreende que a participação forja a personalidade democrática. É uma condição necessária para o bom funcionamento do sistema e isso ocorre com todos os indivíduos que se envolvem em estruturas democráticas (PATEMAN, 1992). A apatia política é entendida como produto do desestímulo estrutural devido a ausência de oportunidades, de maneira que o insucesso das pessoas de interferir na política levam-nas a desacreditar no sistema (MIGUEL, 2017).

Contudo, quando nos referimos a grupos, movimentos sociais, associações e, de

maneira geral, à sociedade civil é preciso compreender o que significam esses conceitos. No meio acadêmico existem diversos debates acerca do que se intitula de sociedade civil, de sua origem e concepções acerca da sua relação e autonomia perante o Estado. Conforme Bobbio discorre em Dicionário de Política,

Na contraposição Sociedade civil-Estado, entende-se por Sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, Sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político (BOBBIO, 1991).

E quais os significados dessas associações e suas influências para a democracia? Resgatando as contribuições de Tocqueville, Warren (2001 *apud* LÜCHMANN, 2012) ressalta a contribuição das associações secundárias (grupos cívicos, clubes, associações religiosas, etc.) capazes de cultivar a sensibilidade ética, e elementos como a relativa igualdade social entre os integrantes e a voluntariedade contribuem de modo positivo para a organização. Não somente se restringem a ela, pois ajudam a promover também os valores democráticos e conseqüentemente geram resultados positivos na sociedade e na democracia .

Ademais, Cohen e Rogers (1995 *apud* LÜCHMANN, 2012) apontam quatro funções desempenhadas pelas associações em defesa da teoria da democracia associativa, sendo elas: referentes a informações, produção e oferta, que qualificam os debates e deliberações das decisões políticas; contribuem para a participação daqueles com menos recursos e poder, nivelando a participação política; desenvolvem a autoconfiança e virtudes cívicas, promovendo valores democráticos entre os membros; e por último, sua função de complementar o provimento de serviços públicos. Nessa perspectiva, o Estado tem um papel fundamental de incentivar a formação das associações e de incluí-las nos processos de discussão e execução de políticas públicas. Embora a argumentação seja de outra vertente teórica, relaciona-se ao nosso objetivo de análise por contribuir no avanço da compreensão das associações e como estas contribuem com a democracia.

Vale salientar que para os teóricos da democracia participativa as associações são uma ferramenta para a qualificação da participação direta da sociedade civil nas instituições democráticas e ampliação de espaços de participação e empoderamento dos indivíduos (LÜCHMANN, 2012). Em decorrência dessa qualificação, são capazes de aprimorar as instituições representativas (MIGUEL, 2017).

Sendo assim, a participação direta e a democratização da vida cotidiana são elementos imprescindíveis para a capacitação dos indivíduos, estimulando-os a participar da esfera política nacional e local. A sociedade civil composta por grupos e associações é atravessada pela luta de classes e de projetos que almejam a hegemonia, impactam a democracia por meio de pressões, pela inclusão dos grupos historicamente marginalizados e pela ampliação dos direitos sociais.

### 2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS

Na seção anterior, o debate contemplou a relação de participação, sociedade civil e associações. Os movimentos sociais (MS) são um tipo específico de associação da sociedade civil que será analisado neste tópico. As formulações sobre os MS ganharam força na década de 1970, após a eclosão de grandes mobilizações nos anos de 1960. Confrontavam o cenário das décadas anteriores e as teorias sobre a desmobilização política, principalmente por não se enquadrarem às tradições do movimento operário e revolucionário consolidados anteriormente. Estiveram relacionados à busca por melhor qualidade de vida em matéria, por direitos civis, de etnia, gênero e até mesmo estilo de vida, pelo fim de guerras e em prol do meio ambiente. Foram capazes de mobilizar diversos setores da sociedade, jovens, mulheres, estudantes e tantos outros (ALONSO, 2009).

A pluralidade dos movimentos e dos sujeitos merece uma atenção especial, é preciso identificá-los e compreender onde estes se inserem. É possível agregá-los didaticamente em três frentes de ações, ainda que os grupos sejam fluídos e alguns atuem em mais de uma frente. Sendo assim, temos os movimentos identitários, de pessoas negras, mulheres, indígenas, grupos geracionais, imigrantes, entre outros, suas demandas estão relacionadas a direitos sociais, econômicos, políticos e culturais que impactam suas existências enquanto grupos em condição de marginalização do padrão social. Outro grupo seria composto por aqueles que lutam por melhores condições de vida, por terra, moradia, alimentação, saúde, educação entre outros direitos fundamentais, tanto no meio urbano quanto rural. E os movimentos globais, que atuam em redes e se articulam englobando MS locais, regionais, nacionais ou transnacionais (GOHN, 2008, p. 439-440).

Buscando compreender esse novo fenômeno social, surgiram as primeiras teorias dos movimentos sociais na década de 1970, dividindo-se em três grandes tradições teóricas sendo

a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)<sup>4</sup>; a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)<sup>5</sup> e a Teoria do Processo Político (TPP), aprofundada no debate a seguir. Essas tradições surgiram nos grandes centros europeus e estadunidenses a partir das ondas de mobilizações citadas anteriormente, conferindo-lhes características específicas de onde surgiram. A TMR por exemplo, que ganhou muitos adeptos nesses centros, não encontrou a mesma difusão na América Latina (ALONSO, 2009).

Com as transformações sociais na virada do milênio, o avanço tecnológico, a globalização e outros fatores, ampliaram as bases analíticas e tomaram proporções diferentes em cada região do mundo. Os eixos de análise se diferenciam, na América Latina conforme o levantamento de Maria da Glória Gohn encontramos teorias voltadas ao processo das identidades, aqui muito relacionada a TNMS e seus teóricos. Outras se assemelham ao tomarem como principal foco a justiça social, como a questão da redistribuição como ferramenta para reparação a partir do reconhecimento das desigualdades estruturais. Nota-se também teorias concentradas ao estudo da autonomia e emancipação, partem da perspectiva de construção de novas formas de organização social com a superação da lógica mercantil e do neoliberalismo. É possível identificar também as teorias que focalizam nos processos institucionalização das ações coletivas como os teóricos da TPP (GOHN, 2008).

Dentre os eixos citados acima, voltaremos a atenção para a Teoria do Processo Político enquanto ferramenta de análise do objeto do presente trabalho. Pois, esta canaliza a atenção para a mobilização política e as estruturas de oportunidades políticas (EOP) em que surgem e favorecem a atuação dos movimentos. Também é capaz de identificar elementos de mudanças nas EOPs, nos quais novos canais de expressão e reivindicação de outros grupos anteriormente excluídos da política se mobilizam ou cenários adversos marcados pela desmobilização e/ou contenção de sua atuação. Isso ocorre devido a permeabilidade das instituições, crises da coalizão política no poder e mudanças na interação entre Estado e sociedade. Quando favoráveis, as estruturas de incentivos fomentam a expressão de

---

<sup>4</sup> A TMR analisa as mobilizações coletivas em termos de sua racionalidade, procurando identificar e explicar o processo de mobilização. O cálculo racional entre benefícios e custos que envolvem a decisão de agir requer recursos materiais, financeiros e de infraestrutura, e humanos, ativistas e apoiadores, e de organização. Para esses autores, o argumento racional se demonstra na burocratização dos movimentos e a longevidade destes depende da sobrevivência em meio à concorrência. Veja mais em McCarthy e Zald, Olson, entre outros.

<sup>5</sup> A TNMS apresenta uma perspectiva sobre a mudança cultural, focada na sociedade “pós-industrial” em consequência da diluição dos conflitos do trabalho. Os “novos sujeitos” que emergem são grupos marginais que assumem uma postura de oposição e pressão social e pretendem persuadir a sociedade civil. São novos atores sociais e possuem seu próprio projeto cultural. Buscam melhores condições de vida, equidade, participação e direitos fundamentais, contra as padronizações sociais impostas. Compartilham uma identidade coletiva e produzida por esses indivíduos, orientada pela ação e pelo campo das oportunidades. Envolvem-se três dimensões: a identidade, a ativação prática e a emoção coletiva. Veja mais em obras de Touraine, Habermas, Melucci e outros.

reivindicações na arena política, ou em cenários de constrangimentos ocorrendo o processo reverso. Nesse sentido, a coordenação é crucial e depende da solidariedade para criar o vínculo entre os membros, no qual é possível estabelecer um controle coletivo sobre os recursos para atuação. Outro elemento que se destaca na teoria são os repertórios de ações coletivas, constituídos por um conjunto de rotinas aprendidas e compartilhadas por lutas anteriores ou práticas culturais, a partir da deliberação e escolha em conformidade com suas demandas são postos em prática. Os portfólios de ação constantemente se modificam combinando diferentes práticas ao longo do tempo (TARROW, 2009 *apud* ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; TARROW, 1998 *apud* ALONSO, 2009).

Nota-se a pluralidade de sujeitos que confluem em direção a reivindicação e ampliação de seus direitos. Os movimentos sociais e políticos surgem quando essas “falhas” na representação tradicional não contemplam as suas demandas. Ainda que a democracia seja o regime que contemple maior representação, não assegura que os cidadãos estejam perfeitamente confortáveis com tal representação. Nem mesmo se garantidos os elementos para a forma ideal democrática enquanto poliarquia, na prática teremos disparidades de recursos e acessos a outros elementos que tornam a democracia imperfeita (CRANTSCHANINOV, 2021).

Quando nos referimos à participação dos indivíduos no sistema democrático, entende-se o processo de democratização a partir da atuação do Estado em maior conformidade às demandas dos cidadãos. Considerando que os direitos fundamentais assegurados pelo Estado de Direito são garantias de uma sociedade burguesa separada do Estado e os direitos sociais são modificações da estrutura formal a partir da sociedade (BOBBIO, 1991). O Estado detém e concentra o poder, pode ser então democratizado pelas pressões, lutas e disputas, que têm origem na sociedade e nos cidadãos, que se expressam por meios institucionais, como por movimentos sociais, revoluções ou guerras civis (TILLY, 2007).

Os denominados fluxos democratizantes são decorrentes de pressões que têm origem nos movimentos sociais, mas podem passar também por partidos e parlamento. As demandas reivindicadas chegam ao parlamento e setores do Estado, têm assim a capacidade de criar políticas de inclusão e ampliação dos direitos sociais. O modelo analítico elaborado por Charles Tilly sobre democratização e desdemocratização envolve quatro elementos: 1) abrangência da cidadania, variação do acesso aos processos políticos; 2) equidade, variação das desigualdades sociais refletidas em dificuldades de acesso à vida política; 3) proteção, expressões das demandas são protegidas da ação arbitrária do Estado ou outros grupos; 4) existência de consultas mutuamente vinculantes, compromisso do Estado e dos cidadãos com

o cumprimento das leis coletivas. E outro elemento que contribui para esse processo de democratização são as instituições participativas, as quais são possíveis canais públicos que contribuem para a ampliação da cidadania por incluírem setores anteriormente marginalizados desse processo (TILLY, 2007 *apud* AVRITZER *et al*, 2022; TILLY, 2013 *apud* TATAGIBA, 2021).

Essa definição processual de Tilly (2007; 2013) fornece suporte analítico para verificar a relação de democratização ou desdemocratização, a partir da variação das dimensões descritas, se médio crescente caracteriza-se democratização ou o inverso deste como desdemocratização. Quando os regimes apresentam enfraquecimentos em algumas dimensões, implica ameaças às formas de atuação e reivindicação dos movimentos sociais, diferentes daquelas apresentadas em contextos democráticos que facilitam o surgimento destes e os fortalecem, favorecem a aparição de confrontos violentos (TILLY, WOOD, 2010, p. 241-270 *apud* TATAGIBA, 2021, p. 443).

Ademais, como aponta Markoff (1996) para a existência de tendências semelhantes desses fluxos democratizantes, seja no processo de democratização, no qual grupos influentes da sociedade civil proclamam suas intenções democráticas; ou de desdemocratização, existência de movimentos sociais e figuras do governo hostis à democracia. Podem ocorrer situações em que os mesmos atores desempenham papéis centrais na onda de democratização quanto à desdemocratização, sejam movimentos sociais, partidos, setores da elite e opinião pública (MARKOFF, 1996 *apud* AVRITZER *et al*, 2022).

Outro elemento que merece atenção para análise é o processo de institucionalização de e nos MS, observado

1) quando os movimentos sociais se tornam grupos de interesse estabelecidos, formalizados em sua estrutura organizacional e dirigido por profissionais; 2) quando os movimentos operam dentro de instituições, por exemplo, por meio da ocupação de cargos na burocracia; e 3) quando seus objetivos, ideias ou projetos se tornam presentes, seja no Estado, nas organizações ou nas práticas sociais. Dentre as consequências nas instituições, os estudos enfatizam os resultados em termos de mudança institucional; isto é, quando movimentos incidem sobre a estrutura do Estado (governo, parlamento e burocracia), sobre legislação, ou sobre o regime político, além de mudanças nas normas e práticas informais (instituições informais) (DOWBOR *et al.*, 2022).

Dessa forma, demonstrou-se a via de mão dupla que se estabelece desse processo, não somente se restringe ao poder de impacto dos MS nas Instituições e no Estado como também são impactados por estes. Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na ampliação da cidadania, com a inserção de atores marginalizados na política, também pela transformação de práticas dominantes, na “institucionalização da diversidade cultural”

(SANTOS; AVRITZER, 2002, p.53 *apud* GASPARDO 2018).

O que foi descrito acima refere-se a uma breve concepção e recorte teórico realizado para caracterizar os movimentos sociais do final do século XX e início do século XXI. A vasta obra de Charles Tilly se debruça também sobre a historicidade, indica a existência de movimentos sociais em confronto com o Estado anterior ao período democrático. Entretanto, é na democracia que a sua capacidade de influência e atenção às demandas é possível, contrastando com os regimes autoritários. Como Tarrow (1998; 2009) discorre sobre as estruturas de oportunidades políticas, variam os períodos em que os movimentos sociais são capazes de exercer sua força política na totalidade e alcançar êxitos. Em regimes fechados como durante a ditadura no Brasil muitos movimentos foram perseguidos, o sistema completamente fechado às demandas. No próximo capítulo, abordar-se-á os temas aqui tratados, analisando o caso da democracia no Brasil e a relação com a participação e movimentos sociais.

### 3 PARTICIPAÇÃO E PANDEMIA NO BRASIL

O presente capítulo está dividido em três partes as quais se propõem analisar a participação política no Brasil desde sua institucionalização com a Constituição Federal de 1988 até o ano de 2021. A perspectiva histórica ajuda a compreender os avanços em termos democráticos da cultura política brasileira e na expansão de direitos e participação das camadas em condição de subalternidade. A análise também perpassa pelas dificuldades e retrocessos que ocorreram, limitando a expansão e a consolidação democrática de fato no país. Aborda as especificidades expressas pelo período em que se confronta uma das maiores crises globais da história, na combinação de crise sanitária, social, econômica, política e ambiental, de que forma o seu impacto foi sentido em termos políticos e de participação em um cenário adverso.

#### 3.1 PARTICIPAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E LIMITES

A história da participação social institucionalizada no Brasil é recente e tem como marco contemporâneo o fim da ditadura empresarial-militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988. O período anterior foi marcado por um padrão de intervenção e concentração estatal das decisões políticas característico de sua transição para a modernização capitalista no país. As demandas das classes em condição de subalternidade somente foram incorporadas sob a lógica da repressão, do clientelismo, paternalismo e autoritarismo com a exclusão da participação popular nos processos de decisão política (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009).

A transição do regime autoritário para a consolidação democrática foi movida em grande parte ao final da década de 1970, com a expansão dos movimentos sociais nos grandes centros urbanos. As novas organizações da sociedade civil representavam oposição ao Estado ditatorial, sua produção teórica e práticas sociopolíticas ganharam uma perspectiva positiva em contraposição ao negativo associado ao Estado (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009).

Nesse período também em que a cidadania ampliada ganha força, a luta dos movimentos sociais em torno de direitos sociais, influenciados pela luta dos direitos humanos, reivindicavam melhores condições de vida, acesso a saúde, educação, moradia e também questões de gênero, etnia entre outras (DAGNINO, 2004).

A institucionalização das demandas sociais deu início à construção de modelo democrático participativo, o Estado tornou-se mais poroso para a influência das demandas populares. A concepção de cidadania ampliada arraigou-se na Constituição Federal (CF) de 1988, como ficou conhecida “Constituição Cidadã”. Foram cultivadas as condições necessárias para implementação de espaços de articulação, principalmente nas áreas de políticas públicas e criaram-se canais político-institucionais para que os cidadãos pudessem participar dos processos de discussão e negociação (AVRITZER *et al.*, 2022; DAGNINO, 2004).

Ainda que o regime autoritário tenha chegado ao fim, seu projeto permaneceu em “estado de latência”. Verifica-se, portanto, a coexistência de projetos políticos democrático-popular, neoliberal e autoritário, com diferentes combinações ao longo do tempo (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 45 *apud* AVRITZER *et al.*, 2022). As consequências dessa permanência reverberam na Constituição Federal e nas instituições representativas, como aponta Luís Felipe Miguel:

No caso brasileiro, a frustração com as instituições de representação política está ligada ao processo de transição para a democracia, com a derrocada da ditadura militar. A mobilização popular foi abafada pelos acordos entre elites. A transição pactuada garantiu, num primeiro momento, enormes prerrogativas às Forças Armadas, a começar pelo veto a qualquer punição pelos crimes cometidos no exercício do poder. Garantiu também que não estariam ameaçados os privilégios das classes dominantes (Vitulo, 2001). As elites políticas da ditadura continuaram em seu lugar; mesmo o Congresso constituinte, eleito em 1986, era novamente um grupo de integrantes da velha elite política, com pouca oxigenação. Não é possível dizer que a pressão dos movimentos populares não repercutiu na nova Constituição – repercutiu, é claro, e foi responsável por muitos dos avanços nela presentes. Sempre, porém, muito filtrada por pressões contrárias de grupos mais poderosos e pelo pragmatismo político dos representantes eleitos. As instituições representativas pareciam fadadas a ser o que sempre foram, nicho de elites com interesses desconectados daqueles de seus representados e funcionando como um freio à mudança social (MIGUEL, 2017, p. 92).

Apesar dos entraves representados pelas elites políticas, em relações assimétricas de mando e predomínio político, em que se beneficiaram de projetos autoritários e limitaram a participação, a CF de 1988 permitiu a abertura de espaços de participação dentro do próprio Estado. Fruto da pressão dos movimentos sociais, novas instâncias também foram criadas, nutrindo a esperança de mudanças políticas de fato (MIGUEL, 2017).

O texto constitucional prevê mecanismos de democracia direta como o plebiscito e referendo, para questões de grande importância política, e abertura à iniciativa popular, concede ao cidadão o direito de propor projetos de lei e reformas constitucionais (Artigos 14, 49 e 84). Também prevê a participação popular na formulação e controle de políticas públicas

principalmente relacionadas às áreas demandadas pelos movimentos sociais como saúde, assistência social, políticas urbanas, políticas para mulheres cultura e direitos humanos (Artigos 10, 194, 198 e 204) - menor presença em infraestrutura e segurança pública (AVRITZER *et al.*, 2022; BRASIL, 1988; ALVES FUKUSHIMA; BRAGA, 2021)

A normatização de diversas instituições participativas nos anos 1990, principalmente a nível local, tiveram como base o texto constitucional e se materializaram como os Conselhos de Políticas Públicas, conselhos tutelares, planos diretores municipais entre outros. Além disso, destaca-se o sucesso dos Orçamentos Participativos (OPs) municipais, desde a implementação no município de Porto Alegre em 1989 pela administração do Partido dos Trabalhadores (PT). A experiência se multiplicou por todo Brasil, implementados por governos de centro-esquerda e de esquerda ainda na década de 1990, mas também tomou projeção internacional (AVRITZER *et al.*, 2022; ALVES FUKUSHIMA; BRAGA, 2021).

A ofensiva neoliberal na década de 1990 estabeleceu limites à ampliação democrática. O que se observou foi o desmonte da regulação estatal sobre a economia e dos direitos sociais. Ao mesmo tempo que se criaram mecanismos de participação a nível local, a nível nacional instauraram-se programas de austeridade fiscal que diminuíram os repasses que eram colocados em debate a exemplo dos orçamentos participativos, a constituir avanços e limites na participação (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009).

Durante esse período de ofensiva neoliberal ainda nos anos 1990 vale destacar o argumento defendido por Evelina Dagnino (2004) sobre a confluência perversa de dois projetos políticos em andamento no Brasil, marcados fundamentalmente por uma crise discursiva. Elementos como sociedade civil, participação e cidadania foram objeto de disputa de significado, o projeto neoliberal em curso nessa época empreendeu um deslocamento de sentido destes e assim do próprio desenho democrático.

A autora aponta como a concepção de sociedade civil passa a ser entendida e associada muito às Organizações Não-Governamentais (ONGs), principalmente devido a ascensão do terceiro setor e da filantropia, marginalizando organizações anteriores de destaque como os movimentos sociais. A participação volta-se à perspectiva individual e privada substituindo a participação social coletiva, portanto associada aqui à participação em atividades que implementem os deveres do Estado e não mais a participação nas tomadas de decisões de políticas públicas. E o que identifica como mais cruel, o deslocamento de sentido de cidadania reduzindo o significado coletivo para estritamente individualista, estabelece a conexão entre cidadania e mercado. Dessa forma, os direitos historicamente conquistados e previstos, são “eliminados sob a lógica de que eles constituem obstáculos ao livre funcionamento do

mercado” (DAGNINO, 2004, p. 156).

O antagonismo dos dois projetos políticos em curso nesse período foi atenuado pela conciliação de classes durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O projeto neoliberal ofensivo foi minimizado pelas políticas sociais do governo de centro-esquerda, com a sua capacidade de articulação, defendeu a ampliação dos direitos sociais e a melhoria de vida da classe trabalhadora ao mesmo tempo que agradou setores da burguesia e do agronegócio (ALVES FUKUSHIMA; BRAGA, 2021).

A governabilidade no Brasil depende da capacidade de articulação, como intitulam de presidencialismo de coalizão<sup>6</sup>, deve, portanto, agregar diversos setores da classe política, que muitas vezes são divergentes em seus projetos. Nos primeiros anos de governo Lula enfrentou a reação dos movimentos sociais e até mesmo setores do partido que não concordavam com certas posturas e concessões feitas para garantir apoio. A conciliação foi vista como uma traição, pois teria se comprometido com a ruptura total desse projeto em anos anteriores. Mesmo com o apaziguamento das reações dos movimentos sociais, a realização de reformas estruturais necessárias para o aprofundamento democrático no país foi limitada. A expectativa depositada pelos diversos grupos de apoio popular sobre uma ampla reforma democrática era nutrida pelas inovações em gestões municipais do Partido dos Trabalhadores, em especial com as inovações trazidas pelo Orçamento Participativo de 1990 (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; ALVES FUKUSHIMA; BRAGA, 2021).

Contudo, é notável a ampliação das instituições participativas a partir de 2003 com o governo Lula, com uma relação direta entre executivo e sociedade. Um marco desse momento foi a Medida Provisória 103/2003 que instituiu a Secretária-geral da Presidência, canal de articulação e consulta aos movimentos sociais e instituições da sociedade civil. Também se destaca a articulação nas decisões de conferências nacionais, foram realizadas mais de 70 durante as duas gestões, e decisões de gerentes dos programas de políticas públicas. Além do fortalecimento dos Conselhos Nacionais já existentes e a criação de novos em outras áreas e realização de conferências, mesas de negociação com os movimentos sociais, em especial o Movimento Sindical e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; AVRITZER *et al.*, 2022; ALVES FUKUSHIMA; BRAGA,

---

<sup>6</sup> Necessidade de criar-se alianças políticas para alcançar a maioria no Congresso e garantir a governabilidade, haja vista que o partido elege o presidente da República, mas não demonstra o mesmo desempenho eleitoral para os cargos no Legislativo. Para aprovação de suas iniciativas, amplos acordos e alianças interpartidárias estão em jogo, têm como moeda de troca recursos públicos alocados no orçamento da União ou cargos ministeriais (AVRITZER, 2016, p. 10). É uma característica da cultura política brasileira, não associada a um partido específico e notável em todos os governos da Nova República.

2021).

Diversas decisões das conferências nacionais foram ratificadas no parlamento brasileiro contribuindo para maior confiança e participação popular. Pode-se concluir que o período compreendido entre 1990 e 2014 foi marcado pela expansão da demanda por direitos e inserção no Estado (AVRITZER *et al.*, 2022).

Tratando-se de movimentos sociais no Brasil durante esse período de expansão das oportunidades de participação e uma maior proximidade com o Estado, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) apontam as especificidades do caso brasileiro em relação aos repertórios de atuação. Essa peculiaridade de repertório de interação como denominam ajuda a compreender as formas de atuação por dentro das instituições e nas novas arenas participativas. A relação entre movimentos sociais e Estado deixa de ser antagônica, os indivíduos atuaram dentro e fora deste, estabelecendo vínculos de colaboração com o aparelho burocrático.

Nesse sentido, as autoras identificaram tipos de rotinas que constituem esse repertório de interação, não de contenção como o argumento de Tilly e Tarrow, enquanto especificidade do caso brasileiro. Os apontamentos perpassam pelas rotinas de protesto e ação direta, que não desapareceram, mas tiveram seu significado transformado. A atuação dentro das novas arenas participativas formais, combinam diferentes formas de representação, considerando a participação institucionalizada, e também participação indireta, em que dependem dos atores estatais para o funcionamento desses espaços e para sua viabilidade. A política de proximidade é uma outra rotina de interação que envolve a negociação direta e antecipada, na qual os ativistas tornam-se interlocutores reconhecidos, através do contato pessoal entre atores estatais e sociedade civil. E a ocupação de cargos na burocracia, estratégia comum e histórica no contexto brasileiro que permite os movimentos sociais alcançarem seus objetivos, em governos aliados a prática é facilitada (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 332-333). Os governos do PT (2003-2016) podem ser considerados aliados dos movimentos sociais, por facilitarem os repertórios de interação entre Estado e sociedade civil como descrito acima.

Além disso, a expansão das Instituições Participativas (IPs) e sua inserção no ciclo de funcionamento de políticas públicas trouxeram inovações democráticas significativas, na qual se destacam os conselhos de políticas públicas por sua quantidade e continuidade, sendo um compromisso não somente das gestões do PT como também de outros partidos com diferentes orientações ideológicas como o caso do PSDB (BEZERRA; RODRIGUES; ROMÃO, 2022). Atenta-se para além de uma afinidade ideológica da esquerda com a expansão das IPs, mas sobretudo a adoção de uma governança participativa, garantindo articulação com sua rede de apoio na sociedade civil. Nesse sentido, “destacam-se especialmente as IPs na área de defesa

de direitos de grupos em condição de marginalização e minorias sub-representadas - gênero, raça, LGBTQI+ - e vinculadas a atores coletivos com pautas ambientais e redistributivas na política urbana, segurança alimentar, agroecologia, economia solidária etc.” (ALMEIDA, 2022, p. 9).

A redução da pobreza no período de 2002 a 2012 é outro elemento que merece destaque, com aproximadamente 22,5 milhões de pessoas que saíram da linha da pobreza. As gestões do PT contribuíram para a diminuição da desigualdade, através de políticas sociais como o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família em 2003. A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2004 permitiu a integração das políticas sociais e assistencialistas de combate à fome. A política de valorização do salário-mínimo aumentou o poder de compra da população e cerca de 29 milhões de pessoas ingressaram na nova classe média entre 2003 e 2009 (ALVES FUKUSHIMA; BRAGA, 2021; AVRITZER, 2016). Dessa forma, houve a melhora significativa da qualidade de vida da população, a redução da desigualdade nesse sentido é fator importante para a participação.

A atuação dos movimentos sociais consiste em repertórios de ação, conforme aponta Tatagiba (2021, p. 445), com “a criação de organizações, reuniões públicas, manifestações, campanhas de reivindicação coletiva contra as autoridades e/ou elites, participação em eleições, atuação nos espaços institucionais de poder, *lobby*, declaração em meios de comunicação, testemunho”. No período de 1990 a 2014, como delimitado por Avritzer *et al.* (2022) como expansão democrática, confluem com a criação de sindicatos, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do PT. A chegada do deste ao poder em 2003 e as transformações sociais decorrentes promovidas ao estender o acesso da população aos processos políticos, contribuíram para o fortalecimento das dimensões que envolvem a democracia.

A continuidade desse processo de expansão se estendeu durante o mandato da presidenta Dilma Rousseff. A emissão do Decreto 8.243/2014 que criara a Política Nacional de Participação Social (PNPS), articulada a um Sistema Nacional (SNPS), pretendia-se consolidar e aprofundar o projeto democrático participativo foi um marco. Segundo Avritzer *et al.* (2022):

[...] O decreto criou o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), que explicitava os princípios e definia o papel do Estado como agente promotor do direito humano à participação. O sistema Nacional seria organizado em um conjunto de medidas institucionais de articulação e fortalecimento dos instrumentos e mecanismos de participação já existentes e sua interface com as novas formas e linguagem participativa, principalmente virtuais, de modo flexível, não hierarquizado e complementar. (p.116)

As inovações participativas almejadas pelo Decreto 8.243/2014 eram ambiciosas,

estabeleciam as diretrizes institucionais para o aprofundamento das práticas em curso. Sem dúvidas seriam ganhos significativos se a proposta tivesse perdurado. O percurso de aprofundamento da participação institucionalizada, da incorporação das demandas sociais de pressão dos movimentos sociais, as possibilidades de atuação da sociedade civil nas arenas participativas e fora delas foi abalado com a contestação do Decreto. Na próxima seção serão abordados os fatos consequentes que decorreram deste marco e seus impactos a democracia brasileira.

### 3.2 RETROCESSOS DEMOCRÁTICOS

O ciclo de expansão democrática compreendido entre 1990 e 2014 como descreve Avritzer *et al.* (2022, p. 118) se encerra com a revogação do Decreto 8.243/2014. As contestações tomaram corpo e força, por parte da imprensa, grupos da sociedade civil e por políticos de projetos antagônicos que demonstram uma “emergência de inédita contenciosidade em torno da participação institucional no Brasil”. Como veremos adiante, após esse marco ocorreram transformações importantes que impactaram profundamente a democracia brasileira, composto de uma complexidade de fatores que envolvem termos políticos, econômicos e sociais. O objetivo desta seção é recapitular alguns fatores que compõem essa trajetória e fornecem argumentos para a compreensão do contexto em que se encontrava a democracia brasileira.

Para tanto, retoma-se o conceito de Markoff (1996) ao apontar o fluxo de desdemocratização, pois atores que antes compunham e defendiam as inovações democráticas se posicionaram a favor da revogação do Decreto, concretizada uma semana após a reeleição de Dilma Rousseff. O ataque à ampliação da participação da sociedade civil na burocracia estatal pode ser visto como o momento inicial de declínio. Representa também um agravante na crise política e perda de legitimidade da democracia, considerando as mobilizações feitas por parte da imprensa e do corpo Legislativo sobre o tema. Demonstra a fragilidade de articulação do governo Dilma em manter a correlação de forças alinhadas ao seu projeto político (SINGER, 2018 *apud* AVRITZER *et al.*, 2022).

A correlação de forças neste momento de fragilidade em um contexto de crise política, econômica e aumento da insatisfação popular. As “Jornadas de Junho” de 2013 que inicialmente possuíam reivindicações sobre mobilidade urbana, desencadeadas pela demanda de revogação do aumento das passagens do transporte público e clamavam a ampliação de

direitos, assistiram à fragmentação de agendas, dividiram espaço com pautas conservadoras. As consequências da crise econômica mundial de 2008 que passaram a ser sentidas em 2012 somaram-se à crise política. Os movimentos de 2015, dos camisas amarelas, carregavam discursos principalmente contra o governo, mas também no jogo das disputas de valores e significados. Nesses dois momentos, 2013 e 2015 possuem o padrão de manifestações com grande expressão da classe média e o conteúdo conservador de suas pautas, no último caso com a bandeira anticorrupção sem a problematização de conteúdos adjacentes a esse tema (AVRITZER, 2016; AVRITZER *et al.*, 2022; MUSSE, 2021).

*Figura 1 - Manifestantes protestam contra o aumento da tarifa do ônibus e metrô em São Paulo*



Fonte: Wikimedia Commons/Divulgação, 2013.

*Figura 2 - Manifestação na Avenida Paulista, São Paulo (SP), em março de 2016, levantava*

### *bandeiras antipetistas*



Fonte: ROSA, 2016.

As leis antiprotesto aprovadas ainda durante as jornadas de junho, como as Leis de Organizações Criminosas (Lei n. 12.850) e Antiterrorismo (Lei n. 13.260) representaram um obstáculo e motivo de desmobilização na ocupação das ruas em protestos. Isso desfavorece e criminaliza ações por parte dos movimentos sociais reivindicatórios, em especial a ocupação das ruas a partir do aumento da repressão (GOMES; CAVALCANTI; GÓMEZ-ABARCA, 2021). O repertório de ação assumido pelos movimentos regressa aos confrontos violentos, bem como culmina na prisão e morte de manifestantes. A crise política e econômica conflui no sentido da desdemocratização no país (TATAGIBA, 2021).

A preparação do terreno pela direita nessa disputa garantiu o respaldo de setores da sociedade, em especial a classe média e burguesia. A operação Lava Jato em 2014, contribuiu fundamentalmente para a polarização política, com o apoio da grande mídia na formação da opinião pública entre “PT x anti-PT”. Ademais, soma-se a recusa do candidato derrotado, Aécio Neves, em aceitar a vitória de Dilma, sob a acusação de fraude eleitoral, gerando desconfiança no sistema (TATAGIBA, 2021).

Durante a votação sobre a cassação do mandato e o *impeachment* em 2016 contra a então presidente Dilma, sem a comprovação do crime de responsabilidade, escancarou-se os valores evocados. Os discursos em nome de Deus e da família tradicional, são exemplos das

características de parte do projeto autoritário em curso (AVRITZER *et al.*, 2022; MUSSE, 2021). O resgate do texto de Dagnino (2004) nesse momento também ajuda a elucidar esse momento, estão em jogo as disputas de projetos políticos, mas de valores discursivos que compõem e dão sentido à sociedade e à democracia.

O que se observa também é a crise da lógica presidencialismo de coalizão nesse momento, parte de setores da direita que mantinham acordos em troca de ministérios, cargos e acordos que os favoreciam assumiram uma postura agressiva, dentro e fora do jogo político. A ofensiva neoliberal aqui é marcada por um programa que desejava excluir a ação da classe trabalhadora, principalmente dos partidos e sindicatos, e estabelecer um choque de neoliberalismo. A associação da oligarquia política da classe capitalista agrária, industrial e financeira teve êxito, durante o governo de Michel Temer seguiu-se à risca esse projeto<sup>7</sup> (MUSSE, 2021).

Nesse contexto, a democracia brasileira retrocedeu em seus aspectos formais,

Apesar da manutenção de alguns direitos próprios da ordem democrática, como as liberdades de expressão, de reunião, de organização e de manifestação, falta o decisivo: igualdade de condições no jogo político e na competição eleitoral. O partido – vitorioso em quatro eleições sucessivas – que governou o país durante treze anos (assim como os setores coligados que lhe deram sustentação) foi submetido a um incessante processo de *lawfare* (MARTINS; MARTINS; VALIM, 2019 *apud*. MUSSE, 2021).

A ascensão da extrema direita no Brasil e no mundo é um assunto muito debatido no meio acadêmico e complexo por envolver fatores históricos e econômicos, regimes democráticos, populismo, interesses de classe etc. Um dos temas mais debatidos é o movimento de erosão democrática, descrito pela alteração das regras do jogo democrático, através de mecanismos legais, por vezes inconstitucionais, em que os governos eleitos utilizam para promover mudanças nas instituições, costumes, ou até mesmo no sistema eleitoral, identificado em diversos países do mundo. Uma característica é a ascensão de líderes carismáticos que são forasteiros do sistema tradicional, se valem do discurso *antissistema* cativando as camadas populares a adesão de seus projetos a partir de sua insatisfação (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). A crise da democracia também é entendida como uma crise interna já em curso que mantém aspectos formais, mas com transformações em aspectos já

---

<sup>7</sup> As reformas constitucionais propostas durante sua gestão de dois anos escancaram a face desse projeto: a reforma trabalhista, retira direitos históricos alterou diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a justificativa de estimular a criação de empregos e redução da informalidade, realidade que apenas precarizou as condições de trabalho em benefício dos empresários; a Reforma da Previdência que não foi exitosa nesse período com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 287 de 2016, mas preparou o terreno para posterior proposição durante o governo de Jair Bolsonaro; a PEC 241 ou 55 do Senado, conhecida como Teto de Gastos, estabeleceu limite nos gastos públicos por 20 anos, o que consequentemente geraria sucateamento dos serviços públicos, suscetíveis a futuras privatizações.

decadentes (PZREWORSKI, 2020).

No Brasil, em meio à crise política e econômica, Jair Bolsonaro, então Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, anunciou sua candidatura à presidência e filiou-se ao PSC (Partido Social Cristão) em 2016, que reunia lideranças conservadoras e da nova direita. Ainda que sua carreira política tenha uma longa trajetória, Bolsonaro não pertencia aos partidos tradicionais, tanto que em 2018 filiou-se ao PSL (Partido Social Liberal), adotando um discurso cada vez mais agressivo contra o sistema tradicional, contra as conquistas de direitos sociais, cultuando os tempos da ditadura militar e pregando a moral e bons costumes aos ditos “cidadãos de bem”. Tentava transmitir a ideia alternativa, uma possibilidade de mudança, cativava as massas da classe média e setores populares que se identificavam com discurso antissistema, anticorrupção, antipetista, antiesquerdista e assim alternativa a crise moral. Dessa forma, era visto como quem acabaria com a corrupção no país e também canalizou votos de protesto, fato que se estabeleceu em uma eleição “a favor do PT versus contra o PT”. Um elemento importante desse contexto foi a articulação com Paulo Guedes, defensor ferrenho do liberalismo econômico e das privatizações, agradando assim setores, principalmente empresários, que prezavam por essa via (ROCHA; SOLANO, 2021).

Ao mesmo tempo que a nova direita se fortalecia, o bolsonarismo nascia a partir de uma reação conservadora mais ampla a uma série de avanços do campo progressista que ocorreram durante o primeiro mandato de Rousseff. Em 2011, foi criada a Comissão Nacional da Verdade para investigar crimes praticados durante a ditadura militar; em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo e, em 2012, a vigência das cotas raciais em universidades públicas e o aborto de fetos anencéfalos. Além disso, em 2014 foi sancionada a “Lei da Palmada”, que proíbe castigos físicos no tratamento de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, os movimentos negro e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) conquistavam maior destaque no debate público. Também entre 2011 e 2012, surgiram as Marchas das Vadias em todo o país, e discussões a respeito de gênero tornaram-se cada vez mais frequentes nas mídias tradicionais e na internet (ROCHA; SOLANO, 2021, p. 24).

Durante a disputa eleitoral, se viu uma reação contra a candidatura de Bolsonaro, pois representava uma ameaça real à democracia e aos direitos. Contra seus discursos de ódio às minorias e programa de governo voltado ao “cidadão de bem”, onde deixava bem claro para quem seria seu governo, grupos organizados de mulheres participantes do grupo virtual *Mulheres unidas contra Bolsonaro* conseguiram visibilidade e aglutinaram a mobilização em torno da consigna #EleNão. A capacidade de aglutinar diversos setores da sociedade civil foi inovadora, praticamente todos os setores de luta das mulheres, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e entidades de representação estudantil tomaram as ruas contra Bolsonaro (SANTOS; PORTO, 2020).

Figura 3 - Manifestação #Elenão no Largo da Batata em São Paulo



Fonte: SCHINCARIOL, 2018.

Embora o resultado tenha sido de 57,8 milhões de votos para Bolsonaro, a vitória da extrema direita no pleito representou a derrota do projeto progressista naquele momento, não somente em termos de força política, mas demonstrava a insatisfação popular diante do sistema tradicional. Conforme suas promessas de campanha, Bolsonaro prometeu romper com o presidencialismo de coalizão, negociaria diretamente com o Legislativo, principalmente com as três frentes mais conhecidas no parlamento: a segurança pública (bancada da bala), a evangélica (bíblia), e da agropecuária (ruralista ou “do boi”). A distribuição de cargos ministeriais em um primeiro momento não construiu coalizões no Congresso e não se sustentou por muito tempo. A sua preocupação residia em desenvolver certas agendas, garantir apoio de grupos leais e demonstrar alguma credibilidade em determinados setores. Assim, a composição ministerial se deu por grupos superpostos, como economistas ortodoxos, militares, políticos leais a ele, cruzados ideológicos parte estruturante do bolsonarismo, e burocratas profissionais (COUTO, 2021).

Um elemento de destaque durante sua gestão é o *modus operandi* que Couto (2021) define como governo-movimento, pois Bolsonaro imprimia à sua gestão uma dinâmica voltada à constante busca do conflito com os demais poderes, governos subnacionais, imprensa, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, setores vinculados às áreas de cultura, ciência e artes, assim como governantes estrangeiros e organizações multilaterais.

Desse movimento de enfrentamento a outros atores políticos, resultava na cativação de seus simpatizantes e principalmente na deslegitimação de instituições, atores e políticas.

O primeiro ano de governo (2019) foi marcado pelo desmonte institucional, visível não somente pelo aprofundamento da agenda de Temer, correspondente à EC n.º 95/2016 do Teto de Gastos, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária (PEC n.º 6/2019, aprovada no final de outubro), mas por muitas outras PECs e Decretos (DEWEK, 2021). O desmonte das políticas públicas foi visceral, seja na área da educação, saúde, meio ambiente ou direitos fundamentais. O que nos chama atenção aqui, além do desmonte institucional por dentro do sistema burocrático com a retirada de direitos e cortes orçamentários, também se assistiu à implementação do Decreto n.º 9.759 de 2019, que

[...] foi uma das claras investidas do governo Bolsonaro de cerceamento à participação popular, ao “Extingu[ir] e estabelece[r] diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”. Seu objetivo era, em síntese, desmontar as formas de participação institucional vigentes, com a revogação da totalidade dos colegiados participativos não previstos em lei e, ainda, aqueles mencionados em leis nas quais não constasse a indicação de suas competências ou dos membros que os compõem. Ou seja, outros conselhos, comitês, mesas de diálogo, fóruns e grupos de trabalho ligados à administração pública federal que tenham sido criados por decreto ou ato normativo inferior estariam sujeitos a extinção; entre eles, os Conselhos Nacionais das Cidades, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, de Erradicação do Trabalho Infantil, de Direitos da Pessoa Idosa, de Transparência Pública e Combate à Corrupção, de Segurança Pública, de Relações do Trabalho, de Agroecologia e Produção Orgânica, além das Comissões Nacionais de Política Indigenista, da Biodiversidade, e o Comitê Gestor da Internet no Brasil [...] (AVRITZER *et al.*, 2022).

O ataque de Bolsonaro às IPs e seu processo de desinstitucionalização, mesmo após a decisão do Supremo Tribunal Federal julgar Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6121) restringindo o alcance do Decreto, representa uma inflexão das políticas sociais e da participação institucionalizada, enquanto ataque político. Como trazem Bezerra *et al.* (2022), áreas que representavam entraves ao seu projeto político, em especial áreas como meio ambiente e direitos humanos, sofreram maiores alterações, mas seus impactos variam entre os colegiados e a sua capacidade de resiliência (desenho institucional forte e capilaridade social) (BEZERRA *et al.*, 2022). A dissolução de Ministérios e a destruição de ministérios chave como Educação, Meio Ambiente, Mulher, Família e Direitos Humanos confluem nesse sentido de tencionar ou desfazer políticas públicas já estabelecidas (AVRITZER, 2021).

As dimensões que caracterizam os processos democráticos citados no capítulo anterior em torno de quatro dimensões como proposto por Tilly (2007; 2013) é explorado de outra forma por Mendonça (2021) para o caso brasileiro que complementa a análise.

Dessa forma, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, a igualdade política é

minada, o escopo da cidadania se reduz ao “cidadão de bem”, como já tratado, e a lei aqui é utilizada como instrumento para diferenciar a moral. Ocorreu um processo de desumanização dos indesejáveis, incessantes questionamentos dos direitos humanos, postos enquanto benefícios e regalias, a igualdade associada ao comunismo. Soma-se a isso a desigualdade econômica, no primeiro ano a austeridade fiscal foi incapaz de induzir o crescimento, apenas aumentando o abismo entre pobres e ricos (MENDONÇA, 2021).

Na segunda dimensão, a participação política foi minada pela deslegitimação dos votos e eleições por parte de seu governo, minando a confiança no sistema eleitoral. Aqui também como já discutido soma-se tentativa de extinção dos órgãos colegiados, reduzindo a representação da sociedade civil e sua atuação para formulação de políticas públicas, e a criminalização de ONGs e MS, tipificando-os como terroristas e marginais (MENDONÇA, 2021).

A representação política também foi outra dimensão analisada, o presidente governou a base de medidas provisórias, nem sempre garantindo a maioria no Legislativo, em constante embate com parlamentares e governadores. Também entrou em embate com o Poder Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal, alvo de muitas críticas por sua parte (MENDONÇA, 2021).

A possibilidade da diferença, elemento central na democracia, também foi constantemente atacada, sem espaço para competição política livre e a pluralidade social respeitada. Os adversários políticos eram tidos como inimigos a serem combatidos. Os inúmeros ataques aos direitos das minorias, em defesa de uma nação hegemônica (MENDONÇA, 2021).

Ademais, um elemento importante que constitui a responsividade do governo, no sistema de freios e contrapesos são os demais poderes. O poder Judiciário, responsável também pela fiscalização do governo, foi alvo de interferências ou ataques à sua credibilidade. O nomeado Ministro da Justiça, Sérgio Moro, foi responsável pela operação Lava Jato, já demonstrava o caráter da operação que deixou Lula inelegível para as eleições de 2018, defendia o fortalecimento de órgãos como a PF e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O limite orçamentário, enxugamento de pessoal e mudanças dentro dessas instituições expõe o enfraquecimento da fiscalização sobre o governo. Principalmente com investigações em curso de pessoas próximas ao presidente naquele momento (DA ROS; TAYLOR, 2021).

As organizações da sociedade civil e, em especial, articulações dos movimentos sociais se uniram em vigorosos protestos contra os cortes na educação e a reforma da

Previdência. Com o objetivo de minar as mobilizações e reprimi-las, “o governo elaborou projeto de lei para liberar o uso das Forças Armadas na reintegração de posse, manifestações e protestos, e que prevê ainda o ‘excludente de ilicitude’ para agentes de segurança que atuarem em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)”. Numa reação do governo que se sentia ameaçado e via os impactos das mobilizações que ocorriam no Chile. (TATAGIBA, 2021, p. 450).

Como demonstrado, os retrocessos democráticos acerca de aspectos formais do sistema e regras do jogo foram afetados com o processo de *lawfare*. A eleição que foi considerada válida pelas vias legais previstas pelo sistema eleitoral legaliza o projeto em curso, vemos o desmonte das instituições por meios legais. A inconstitucionalidade do Decreto n.º 9.759/2019 foi uma tentativa de barrar a investida política contra a participação institucionalizada, que ainda assim sofreu com interferências. Ademais, fica evidente que nesse contexto as estruturas de oportunidades políticas são muito diferentes que à época de expansão democrática, os discursos de ódio e a incitação à violência contra movimentos sociais foram constantes por parte do governo, limitando assim o diálogo e a ação dos mesmos.

### 3.3 OS IMPACTOS DA COVID-19 NA POLÍTICA E NA PARTICIPAÇÃO

Na seção anterior, o debate esteve em torno do tensionamento democrático, em termos de direitos, participação e políticas públicas, no período marcado pelo fim da expansão democrática e das IPs e que precedeu o surgimento da pandemia da Covid-19. A pandemia recebe atenção como marco analítico no presente trabalho em razão da sua magnitude e transformações sociais nunca antes vivenciadas em um mundo globalizado, aqui em especial termos políticos de um Estado de Exceção na democracia e limites como isolamento e distanciamento social. À medida em que a pandemia avançava sobre o mundo, não somente se declarava uma crise sanitária, no caso brasileiro se confluíram às crises política, econômica, social e ambiental mencionadas anteriormente. Os impactos não se limitaram a perdas humanas e materiais, mas de todo o desgaste do aparato Estatal, das instituições e irresponsabilidades na gestão das crises.

A chegada do vírus indicava a necessidade de uma resposta rápida para a sua contenção, visto o tamanho do desafio enfrentado por outras nações, principalmente as notícias vindas da Europa em um primeiro momento. A necessidade de fortalecer os sistemas públicos de saúde encontrava os limites do neoliberalismo e cortes orçamentários, dessa forma, os efeitos

demonstraram a vulnerabilidade das populações mais pobres, escancarando as desigualdades sociais. Além disso, a desigualdade entre os países em termos econômicos e tecnológicos, na capacidade de produzir insumos, adquirir equipamentos hospitalares entre outros, os países ditos periféricos se viram ainda mais vulneráveis em tempos de disputas (MIGUEL; VITULLO, 2020).

As consequências também se fizeram sentir na economia dos países, com a necessidade de isolamento social, as atividades presenciais foram interrompidas. A demanda por medidas de proteção de empregos e salários, além de estímulos e benefícios para pequenos negócios, era necessária para garantir o mínimo aos trabalhadores, autônomos e precarizados. Em contraste, as pressões do capital levaram a uma reabertura precoce das atividades econômicas e medidas para salvar as grandes empresas, com pouca preocupação aos menos favorecidos. Isso se demonstra na postura de governantes como Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Bolsonaro, no Brasil, aprofundando privatizações e desregulamentações de mercado. A expressão disso foi a proposição de venda de empresas estatais estratégicas para cobrir os custos da crise sanitária (MIGUEL; VITULLO, 2020).

Retoma-se aqui o conceito do governo-movimento mencionado, o constante embate da Presidência com outros atores se acentua em um momento que necessitava ações coordenadas para o combate à pandemia. O dismantelamento das políticas públicas já em curso também se agravava, não apenas na saúde. A radicalização do discurso do Presidente e sua aposta na negação da gravidade do coronavírus foi uma expressão disso, diante do embate com governadores, com STF, com seu Ministro da Saúde e outros ministérios. A concepção de antigovernabilidade e antipolítica não ao apoio hegemônico como esperado, assim a radicalização passou para estratégia antivida. É visível pela postura assumida, presente em aglomerações, o que cativava ainda mais a sua base política, além do mote “o Brasil não pode parar” e a reluta em instaurar medidas de isolamento social (AVRITZER, 2021; COUTO, 2021).

*Figura 4 - Bolsonaro cumprimenta manifestantes em Brasília*



Fonte: LIMA, 2020.

O ceticismo e contestação da gravidade da doença por parte de Bolsonaro foi também traduzido na politização da questão ou na sua minimização como histeria coletiva. Sua atitude se assemelha muito à tomada por Trump. Eles tomaram atitudes divergentes da maioria das nações que seguiram as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que até mesmo o ministro da saúde, naquele momento Ricardo Mandetta, seguiu e acabou por renunciar o seu posto (SOUZA; FONTANELLI, 2021). A postura negacionista e anticientífica radical adotada se traduziu também na defesa de tratamento médico por meios controversos, como o caso da Cloroquina, espalhou mentiras contra recomendações médicas e dados científicos para garantir engajamento político. O compartilhamento de notícias falsas e presença em aglomerações e manifestações antidemocráticas, quebrando o distanciamento social, eram comuns.

O comportamento do presidente da República acabou disparando ondas de reações institucionais e da opinião pública. Respostas ao negacionismo do presidente vieram de várias instituições e de organizações da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e os partidos de oposição ao governo. O Congresso Nacional desempenhou papel fundamental na definição de um marco regulatório para conter e gerenciar a pandemia, enquanto o Judiciário removeu obstáculos e remediou problemas de diversos decretos e ações presidenciais. Os governos subnacionais reagiram à falta de protagonismo e ao negacionismo presidencial com uma atuação

marcada pela cooperação entre eles e pautada pelas diretrizes da OMS. Ressalta-se que as reações políticas e institucionais à postura de Bolsonaro alimentaram-se, em parte, de um inédito embate público dentro do Executivo federal, isto é, entre o presidente e seu ministro da Saúde, e entre o presidente e os governadores (SOUZA; FONTANELLI, 2021, p. 143)

A aprovação popular em gerenciar a crise caiu com o decorrer do tempo e em resposta a sua queda de popularidade, partiu para o ataque às instituições como Congresso e STF, em defesa de uma intervenção militar. Dessa forma, cativava sua base e também espalhava desconfiança sobre as instituições que representam freios e contrapesos ao seu poder (AVRITZER; RENNÓ, 2021).

Diante das ameaças de Bolsonaro, com verdadeiro apoio e presença em manifestações por intervenção militar entre março e maio de 2020, movimentos contrários se rebelaram contra suas atitudes. O movimento declarado “antifascista”, que também inspirado pelos protestos estadunidenses antirracistas a partir da morte brutal de George Floyd, ocuparam as ruas em meio a pandemia (AVRITZER; RENNÓ, 2021). A reação de Bolsonaro foi classificá-los enquanto “terroristas”, ao mesmo tempo em que ele participava e estimulava protestos antidemocráticos (TATAGIBA, 2021). A tentativa de retomar os protestos ocorridos em 2019 contra o governo ganhava força, pois também representam um repertório tradicional de luta, que estava ocorrendo pela extrema direita, mas a diferença entre os dois seria no cuidado, respeitando as medidas possíveis de distanciamento e segurança contra o vírus, como o uso de máscaras (G1, 2020).

*Figura 5 - Apoiadores de Jair Bolsonaro em manifestação no Dia do Exército, em Brasília, em 2021.*



Fonte: LIMA, 2021.

*Figura 6 - Torcedores antifascistas dos quatro grandes clubes de São Paulo protestaram com uso generalizado de máscaras*



Fonte: SANTOS, 2020.

Conforme o agravamento da pandemia e a paralisação de diversas atividades

presenciais, a desigualdade social e econômica, bem como acesso a serviços básicos como saúde e educação também se agravaram. A proposição de um auxílio emergencial à população foi inicialmente de R\$200,00, menos de 20% do salário-mínimo, que seria insuficiente ao considerar também a inflação e subida dos preços a exemplo do custo de alimentação. A proposta foi reajustada para R\$600,00 no Congresso Nacional, foi um elemento que também fortaleceu a popularidade do presidente, de forma que houve tentativa de prorrogá-lo, mesmo à custa de outros benefícios como a Farmácia Popular, abono salarial entre outros (MENDONÇA, 2021). O discurso muda em 2021 diante da política fiscal de Guedes, seria impossível manter, a segunda rodada do Auxílio cortou pela metade o número de beneficiários, passando de 64 milhões para 32 milhões, no final do ano de 2020, com o custo de R\$321,8 milhões aos cofres públicos, diante do gasto total no combate a pandemia com \$620,5 milhões (SILVA, 2022).

Vale ressaltar aqui o caráter débil da cidadania, grande parte da população de sujeitos marginalizados e “esquecidos” pelo Estado não são contemplados pelo auxílio emergencial. Ao não disporem de documentos pessoais ou dispositivos para o acesso a esses ou o Estado não possui capacidade para implementar políticas públicas eficazes a todos os cidadãos, são deixados à margem demonstrando o maior impacto no número de vítimas fatais durante a pandemia ou mais pauperizados durante o período. Esse grupo é constituídos por negros, mulheres travestis, transexuais e a população em situação de rua (ARRUDA; SANTOS, 2020 *apud* PINHO; TEIXEIRA; LANZARA, 2020).

Durante a pandemia, a omissão das autoridades públicas em relação às populações residentes em favelas e periferias, que não têm condições de cumprir as medidas profiláticas de higiene e isolamento para evitar maior contaminação, foi respondida por inúmeros coletivos e organizações de moradores com a criação de redes de solidariedade e coalizões de atores locais que passaram a desenvolver inúmeras ações que minimizaram a tragédia social. Sob o lema “Nós por nós” foram implementadas ações coletivas de apoio e distribuição de cestas básicas, cadastramento de famílias carentes, gestão territorial de contágios, difusão de informação e comunicação sobre prevenção, apropriação de tecnologia de sanitização, produção de painéis com dados epidemiológicos subestimados pelas prefeituras etc. Em outras palavras, a pandemia revelou carências, mas também potências de uma cidadania ativa e insurgente (FLEURY e MENEZES, 2020 *apud* PINHO; TEIXEIRA; LANZARA, 2020).

A omissão por parte do governo federal se configurou como um projeto de morte ou, como o termo cunhado por Mbembe (2018), necropolítica. Segundo o autor, se expressa pela capacidade que o poder político e a soberania detêm em ditar quem vive ou morre. Não somente a incitação da violência por parte de Bolsonaro, até durante o período anterior à pandemia, mas na ausência do Estado em promover políticas públicas. O Presidente foi denunciado seis vezes no Tribunal Penal Internacional em Haia, pelo genocídio indígena, irresponsabilidade diante da

Covid-19 e crimes ambientais com o desmatamento na Amazônia<sup>8</sup>. Outro caso que demonstra o argumento foi a falta de oxigênio nos hospitais em Manaus, pela falta de coordenação na gestão da pandemia, levando muitas pessoas a óbito com o colapso do sistema de saúde<sup>9</sup>.

Assim, os primeiros dezoito meses de governo de Bolsonaro se encaixam bem na discussão da crise da democracia e de uma erosão populista de extrema direita da democracia. Nesse contexto, havia um processo contínuo de ruptura institucional ocorrendo, uma frustração do crescimento econômico e da inclusão e um ataque aberto às instituições contra majoritárias por meio da ameaça de golpe militar a ser executado pelo próprio Bolsonaro. (AVRITZER; RENNÓ, 2021, p. 449, *tradução nossa*)

O que se seguiu posterior as ameaças e indicativos de golpe de Estado foram o recuo e apelo ao apoio político de partidos do “centrão” com a aprovação da liberação de verbas parlamentares<sup>10</sup>. Aqui nota-se a contradição escancarada, de falta de investimentos e recursos para os serviços públicos, cortes orçamentários em setores essenciais e aprovação de gastos em elementos que fortalecem o apoio político. O custo da má gestão foi a vida de milhares de pessoas que poderiam ser evitadas.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada no sentido de apurar as irregularidades diante da omissão do governo no que tange a gestão da crise sanitária, apelidado de CPI da Covid. Revelou que tentativas de negociação por parte da Pfizer foram feitas ainda em 2020 para aquisição de doses da vacina e não tiveram resposta<sup>11</sup>, bem como o superfaturamento na compra da vacina indiana<sup>12</sup>. Tantas outras descobertas feitas a partir dessa investigação encontram-se disponíveis para o acesso no relatório final<sup>13</sup>, constituindo em um rico acervo para análise das atuações criminosas. A veiculação de notícias falsas, o incentivo ao descumprimento das recomendações da OMS, da falta de atuação coordenada entre tantos outros fatores, resultou em uma das maiores catástrofes humanas no país. Caso adotadas as medidas farmacológicas recomendadas, os níveis de transmissão seriam reduzidos em 40%, estimando-se que 120 mil mortes teriam sido evitadas, o mesmo ocorre com a compra da vacina ainda em 2020, com aproximadamente 12 mil mortes de pessoas com mais de 60 anos evitadas (SENADO FEDERAL, 2021).

---

<sup>8</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/12/bolsonaro-e-denunciado-pela-6-vez-no-tribunal-penal-internacional-relembre-todas-as-acusacoes>

<sup>9</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/18/governo-admite-que-sabia-da-falta-de-oxigenio-oito-dias-antes-do-colapso-em-manaus>

<sup>10</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/bolsonaro-bate-recorde-e-e-o-que-mais-libera-verba-em-emenda-parlamentar-desde-2015.shtml>

<sup>11</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/13/cpi-da-covid-carlos-murillo-ceo-pfizer-senado-veja-frases.htm>

<sup>12</sup> <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/agencia-estado/2021/06/22/preco-que-o-governo-pagou-por-vacina-indiana-covaxin-foi-1000-mais-alto.htm>

<sup>13</sup> <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>

O relatório também evidencia o ataque aos povos indígenas, mesmo que iniciado ainda em 2019, com os cortes orçamentários em instituições de fiscalização ambiental e de proteção social a esse grupo. O que ocorreu durante a pandemia foi alarmante, a falta de repasse de recursos, a insegurança social dos povos expostos ao vírus devido a atividades ilegais como de ação de garimpeiros e madeireiros, além da manutenção de trabalhos fora das aldeias para garantia do sustento (SENADO FEDERAL, 2021).

Mesmo com a atuação a exemplo do Conselho Nacional de Saúde (CNS) na produção de atos normativos com recomendações importantes para o enfrentamento da crise, ou de outros órgãos e recomendações internacionais. A escolha do governo Bolsonaro se manteve nas recomendações do gabinete paralelo, na imunização de rebanho que levou a crise sanitária à manutenção do caos. Demonstra-se, portanto, elementos que contribuíram para o retrocesso democrático não somente pela vertente procedimental, em questão de ataques à transparência e à própria organização do Estado. O aprofundamento da desigualdade, a falta de abertura do Estado às demandas sociais, haja vista a necessidade de cooperação conjunta nesse momento, são elementos que retrocedem em termos substanciais.

Nesse cenário, a atitude por parte do presidente em optar pelo não diálogo com governos municipais e estaduais, não estabelecer relações com outros países e até com especialistas para superação das dificuldades, tornou um cenário sem perspectivas. A participação foi minada, levando a população ao descrédito do sistema político que seja capaz de apresentar soluções aos problemas sociais estabelecidos.

## 4. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

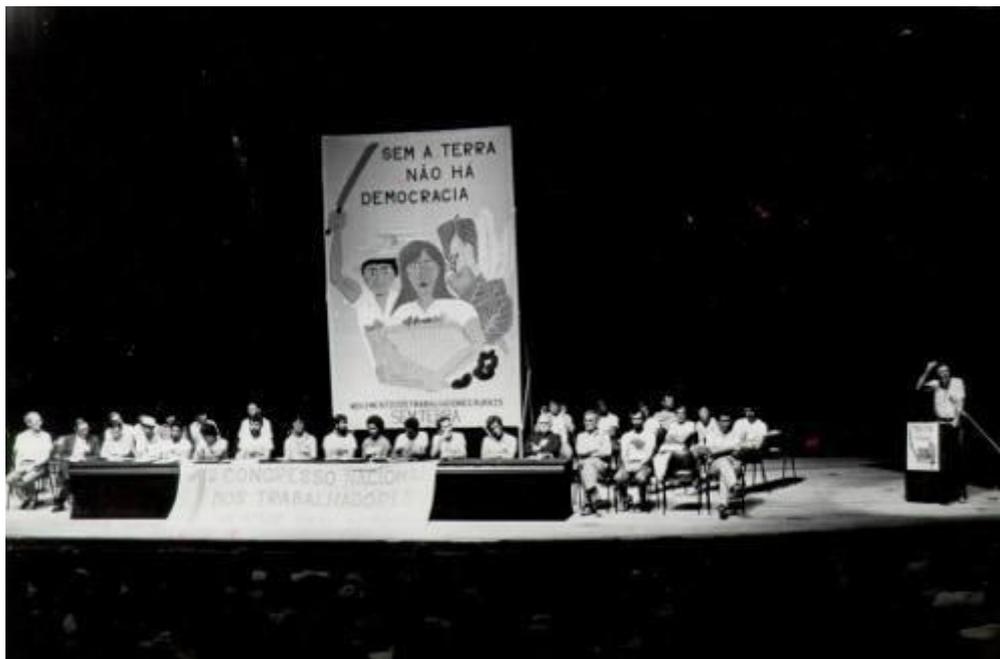
O presente capítulo dedica-se à análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), perpassando por sua historicidade, a maneira pela qual o movimento se organiza e atua na sociedade, sua relação histórica com a democracia e a luta pela reforma agrária, bem como suas novas formas de atuação em um cenário adverso marcado pela pandemia da covid-19. O objetivo consiste em verificar possíveis contribuições deste movimento para a participação política à luz da teoria da democracia participativa no Brasil.

### 4.1 HISTÓRIA DE LUTA E REPERTÓRIOS DE AÇÃO

A luta pela terra no Brasil e os conflitos no campo são parte viva da história e também uma questão estrutural. Não faz parte do objetivo do presente texto retomar a trajetória de luta pela terra no Brasil desde a colonização, a instituição da propriedade privada da terra e das mudanças em relação ao trabalho no campo, da herança colonial e escravista do nosso país. Entretanto, são elementos que contribuem para a formação do campesinato brasileiro, composto de trabalhadores, pessoas que foram escravizadas e imigrantes. As ligas camponesas fazem parte desse histórico para a formação e organização do MST, como aponta Fernandes (2000), ainda no ano de 1945, foram de certa forma bases para inspiração.

As lutas camponesas ganharam força na década de 60 e em especial no final da década de 70 quando foram rearticuladas e ganharam força, de início no Centro-Sul e se espalharam por todo Brasil. As mudanças ocorridas na década de 70, em termos socioeconômicos decorrentes da modernização do campo, foram mais concentradas no Rio Grande do Sul e Paraná, expulsando do campo grandes contingentes populacionais. No período entre 1979 e 1984 ocorre o que se chama de gestação do MST, formalmente instituído durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que ocorreu em Cascavel, no Estado do Paraná, entre os dias 21 a 24 de janeiro de 1984. A partir do I Congresso realizado no ano seguinte em Curitiba inicia-se o processo de territorialização pelo Brasil (CALDART, 2001; FERNANDES, 2000; STEDILE; FERNANDES, 2012).

Figura 7 - 1º Congresso Nacional do MST



Fonte: MST, 1985.

A gestação e formação do movimento está relacionada com o seu modo de luta: as ocupações. A primeira ocorreu em 1979 no Rio Grande do Sul, concomitante a outras ocupações, que demonstram a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses, em especial a defesa da vida. O trabalho pastoral realizado pelas Igrejas Católica<sup>14</sup> e Luterana<sup>15</sup> foram importantes nesse momento na formação ideológica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) também nesse sentido, a aplicação da Teologia da Libertação na prática demonstrava a necessidade de organização dos camponeses, capaz também de aglutinar os movimentos em um único movimento de caráter nacional. E a situação política da época, como já citado no capítulo anterior, o ressurgimento dos movimentos pela redemocratização contra a ditadura militar foram fundamentais, pois somaram forças políticas com movimentos operários (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Ao compreender como o movimento surge e sua relação com a história da luta pela terra no Brasil, mas também pelo Estado Democrático de Direito e direitos sociais. Como aponta Roseli Caldart (2001, p. 208-209), as características únicas do MST que o distinguem dos demais movimentos do campo são: a radicalidade assumida pela ocupação do latifúndio e a

---

<sup>14</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgida em 1975 foi importante para a reorganização das lutas camponesas, contra o apoio da Igreja Católica ao golpe militar e aos conflitos no campo incentivados pelo Estado (STEDILE, FERNANDES, 2012).

<sup>15</sup> Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), exerce trabalho pastoral entre camponeses do Sul e Centro-Oeste, por meio da Pastoral Popular Luterana (PPL) (STEDILE, FERNANDES, 2012).

mobilização dos sem-terra, sujeitos marginalizados assumem o protagonismo; a dimensão que assume ao desenvolver outras lutas sociais que estão relacionadas a humanização de seus sujeitos, seja na luta por melhores condições de saúde, educação, cultura e direitos humanos; sua forma organizativa também é característica, nos dizeres entra todo mundo o tempo todo, definida como uma organização social de massas; e também a sua capacidade de universalizar a bandeira de luta, em diálogo constante com a sociedade, torna-se instrumento de voz das camadas pobres da sociedade.

Os valores novos que o Movimento evoca, a dignidade humana resgatada através do pleno exercício da cidadania democrática, como descreve Sampaio,

Isso se faz mediante o que denominam “mística”. Pela mística, o MST vivencia, por antecipação, os valores de uma sociedade a construir mediante a luta de todo o povo. Assim, oferece ao campesinato um horizonte que ultrapassa de muito a reivindicação meramente econômica e corporativa, porque insere a demanda camponesa em um processo de luta política para a transformação do regime econômico, social e político do país, bem como numa disputa ideológica a respeito de modos de vida e concepções de felicidade. Por isso, no MST, o poeta, o cantor, o pedagogo, o professor, o contador de histórias não são apêndices de programas de doutrinação corporativista, mas colaboradores perfeitamente integrados na dinâmica das suas ações (SAMPAIO, 2010, p. 407).

Conforme a Constituição Federal de 1988, a terra possui uma função social enquanto propriedade, não pode ser utilizada como mercadoria. Nos casos em que a terra não está sendo utilizada ou é devoluta pode ser apropriada pelo Estado para redistribuí-la a quem não possui. Por este processo de reforma agrária que o MST luta, em um movimento de denúncia de especulação imobiliária, de terras improdutivas ou griladas, enfrenta os interesses do agronegócio e da bancada ruralista (FERNANDES, 2000).

Ao longo dos anos, houve oscilações da intensidade desse debate, mas, desde 1995 a 2010, conforme apontado por Sampaio (2010), o debate se manteve na agenda política. Isto se deve pela capacidade de pressão do MST, seja pela via direta de ocupações de terra, ou pela via indireta através de articulações, de pronunciamentos políticos, de instituições e mobilizações de grupos sociais capazes de influenciar a opinião pública. Exemplo também se demonstra na alteração da jurisprudência em relação aos crimes relacionados à ocupação de terras e indicição dos organizadores. Passou a ser compreendida de outra maneira devido à atuação da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), articulação promovida pelo MST, agrega advogados simpatizantes da reforma agrária (SAMPAIO, 2010).

A forma de atuação do movimento com práticas pacíficas, ocupação de terras improdutivas sem o emprego de violência, a forma dos acampamentos e a identidade das

barracas de lona preta são características que trazem sensibilização e reconhecimento. As negociações na Justiça, para legalizar as ocupações e assentar as famílias por meios legais, estabelece também nova forma de relacionamento com o Estado. Outras formas como a ocupação de prédios públicos e grandes marchas somam-se a formas de mobilização social. As regras de funcionamento dos acampamentos, trabalhos divididos entre os integrantes de forma rotatória nesses espaços, atividades de formação e cultura contribuem com a retomada da autoestima dos sujeitos e demonstram seu caráter humano e disseminador de valores democráticos (ROSA, 2010; SAMPAIO, 2010).

A democratização da vida cotidiana dos trabalhadores, em especial nos locais de trabalho, neste caso sendo o campo, é capaz de romper com a alienação produzida pelas estruturas hierárquicas. Os trabalhadores sem-terra são capazes de assumir o controle das decisões sobre questões que impactam suas vidas, seja na ocupação das terras por sua reivindicação, seja na forma de como produzir e nas formas de socialização. O desenvolvimento das capacidades humanas a partir da responsabilização e capacidade de tomar decisões sobre suas vidas, estimula o senso de eficácia política e contribui no sentido da participação a nível nacional. Os valores do movimento e das práticas que constroem já constituem elementos importantes nesse sentido para a participação em canais de participação institucionalizada<sup>16</sup>.

Relacionado a isso, um dos pilares do movimento é a educação, não somente derivado da participação direta como mencionado, mas a educação para construir um projeto emancipatório protagonizado por esses sujeitos. A luta do movimento também é pela garantia da educação pública e de qualidade, conforme seus ideais socialistas para um novo projeto de sociedade e para o campo. Nesse sentido, o movimento já construiu mais de 2 mil escolas com milhares de pessoas beneficiadas, desde a alfabetização ao curso superior<sup>17</sup>. Um exemplo disso também é a parceria com as universidades públicas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), instituído em 2010<sup>18</sup>. O acesso à informação promovido por esse processo, aliado a outras atividades desenvolvidas para a formação dos sem-terra, são capazes

---

<sup>16</sup> A participação do MST dentro do Estado para além das Instancias Participativas anteriormente citadas, como também influencia votações parlamentares, por meio de ações de pressão, mas também se destacam as eleições de militantes para deputados estaduais e federais em 2022. Foram 15 candidaturas e seis eleitos em diversos estados do Brasil. Ver mais em: <https://mst.org.br/2022/10/03/mst-elege-seis-candidaturas-em-cargos-estaduais-e-federais/>

<sup>17</sup> <https://mst.org.br/educacao/>

<sup>18</sup> Em 2008 foi criado o curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul. A organização do curso se iniciou ainda em 2006, a partir da parceria com os movimentos sociais para atender as pessoas moradoras de assentamentos rurais, provenientes de diversos municípios e assentamentos do Estado. Ver mais em Menegat, Farias & Marschner, 2009.

de promover a autoconfiança nesses indivíduos. A relação dessa confiança com a participação também estimula a participação em outros assuntos e espaços que eles compõem, na capacidade de argumentação e nos debates públicos.

*Figura 8 - Camponeses se formam em Direito por meio do Pronera na Bahia*



Fonte: SANTOS, 2017.

Ademais, o MST possui relação direta na estruturação de outros movimentos sociais, suas ações e forma organizativa estimulam grupos e indivíduos a se organizarem, dentro ou em outros movimentos. A defesa de reivindicações pela terra e pautas que a envolvem e confluem com o movimento, como melhorias no campo, questões de gênero, seja nas trocas e compartilhamento de repertórios de ação e formação política. São exemplos o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) (ROSA, 2010). Um elemento especial nesse sentido é a concepção de terra de viver, esta é capaz de promover um modelo alternativo de desenvolvimento contrário ao projeto neoliberal, demonstra a incompatibilidade com o modelo de produção e consumismo desenfreado, e estabelece influencia outros movimentos do campo e da cidade, em articulações políticas como a Frente Brasil Popular (SAMPAIO, 2010). O MST desenvolveu uma sofisticada organização popular, os cursos de formação preparam a militância e seu constante ativismo são fonte de inspiração. Dentre os movimentos de trabalhadores rurais é o mais visível e organizado, além

de ser influente em fóruns e articulações internacionais como o Fórum Social Mundial e a Via Campesina (CARTER, 2010).

Na política, a relação entre Estado e movimento social, o Movimento Sem Terra encontrou dificuldades ainda em 1989. A relação entre o MST e o PT se consolidava, diversos militantes filiaram-se ao partido em apoio à candidatura de Lula. A sua derrota representou uma derrota política diante da força que se construiu dos movimentos no processo de redemocratização. O Presidente eleito, Fernando Collor de Melo, representava os interesses da oligarquia fundiária, totalmente contrário aos princípios do MST. Promoveu campanha contra o movimento, se recusou a dialogar com lideranças, promoveu corte orçamentário para reforma agrária e se omitia diante da violência crescente no campo por parte dos grandes proprietários (BRANFORD, 2010).

A conjuntura parecia mais favorável, após o *impeachment* de Collor e curto período de Itamar Franco, mas de fato quando em 1995 assumiu Fernando Henrique Cardoso (FHC). A promessa de assentar 280 mil famílias sem-terra deparou-se com a sua submissão ao neoliberalismo durante seu governo, nos primeiros anos nada foi feito sobre isso. Entretanto, a força do MST aumentava e o movimento crescia, organizadas ondas de ocupações ocorreram nesse período. A retomada do debate público pela Reforma Agrária após 1995, eclipsado após limites constitucionais, se deve à ocorrência do Massacre em Corumbiara, no Estado de Rondônia. A revolta comovida pelo massacre oportunidade de aglutinar outros setores em prol da reforma agrária como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) No ano seguinte, ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996, concomitante a realização da Segunda Conferência Internacional da Via Campesina, que instituiu esse dia como Dia Internacional de Luta Camponesa<sup>19</sup> (BRANFORD, 2010; SAMPAIO, 2010).

Em resposta às crescentes mobilizações diante da violência no campo e para apaziguar a situação política, FHC opta por promover e atender as demandas, num jogo também para enfraquecer o movimento. Ocorre a desvinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Ministério da Agricultura. Um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorreu a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, os 1.300 sem-terra foram recebidos por 100 mil pessoas em Brasília. Tamaña força expressa por essa

---

<sup>19</sup> <https://viacampesina.org/en/event/international-day-of-peasants-struggle-17-april-2009/>

marcha não deu outra alternativa a não ser o recebimento das lideranças por parte de Cardoso. O impacto da expressão do MST nesse momento foi enorme, ao passo que se seguiram a política de assentamento das famílias, o governo alterava sua postura, propunha o Banco da Terra, para negociação e concessão de empréstimo para aquisição da propriedade, política apoiada pelo Banco Mundial. Nesse sentido, os embates entre pressão do movimento, junto a outros movimentos do campo como CONTAG, mantinham suas mobilizações e o governo intensificou seus ataques políticos (BRANFORD, 2010).

No início de 2000, o Movimento altera sua estratégia e amplia as dimensões de luta para outros setores da sociedade. Momento emblemático foi a ação coordenada de ocupação de prédios públicos em 14 capitais estaduais por mais de cinco mil sem-terra e outros vinte e cinco mil participando de outras demonstrações. A reação de Cardoso, expressa na acusação que tinham excedido os limites da democracia, instaurou o que ficou conhecido como “pacote anti-MST”<sup>20</sup>. A ofensiva se estendeu para mídia e imprensa controladas pela direita, com matérias alusivas à corrupção e irregularidades nos acampamentos, culminando na investigação das finanças do MST (BRANFORD, 2010).

A articulação por parte do Movimento a favor da candidatura de Lula em 2002 era inspirada pelas promessas de ampla reforma agrária. Esta seria parte central para implementação do Programa Fome Zero, um de seus programas sociais mais defendidos. Como chegou a discursar, Lula prometia a milhões de brasileiros que depositavam esperança em ter acesso à terra para produzir. A sua vitória no pleito foi vista com grande entusiasmo e otimismo pelas lideranças e ativistas sem-terra (BRANFORD, 2010).

Entretanto, como se demonstrou, mesmo com a formulação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e os esforços do especialista Plínio de Arruda Sampaio nessa tarefa, as forças do agronegócio e as correlações políticas que sustentavam o governo culminaram em uma reformulação do PNRA e sua tímida expressão. A sonhada redistribuição da terra de milhares de famílias se viu distante do prometido, com números expressivos diante de outros governos e os incentivos para mobilização, além do fortalecimento da assistência e crédito no campo como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os cortes orçamentários e o modelo neoliberal ainda vigente impediam uma ruptura do sistema fundiário, pela manutenção da coalizão de forças, não mexendo com parte importante como a

---

<sup>20</sup> O INCRA ficou impossibilitado de expropriar as terras ocupadas por dois anos, o limite passou a ser cinco anos caso fosse a segunda vez. Cardoso também.

bancada ruralista no Congresso e uma direita conservadora (BRANFORD, 2010).

Em 2005 ocorreu a Marcha Nacional pela Reforma Agrária<sup>21</sup>, em 17 de maio chegaram a Brasília. Durante o trajeto, foram realizadas atividades políticas, educativas e culturais, tais formações são estratégicas para o movimento em reforçar a unidade política e promover os valores, identidade, alinhar objetivos e promover a educação emancipadora. O objetivo da Marcha consistia em pressionar o governo exigindo o cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

*Figura 9 - Marcha Nacional pela Reforma Agrária 2005.*



Fonte: MST, 2023.

A diferença de relação entre os governos era a criminalização do movimento por parte da direita e o apoio às mobilizações de Lula, mas ainda era muito frágil esse apoio, sem as

<sup>21</sup> Ocorreram reuniões com 20 ministérios e órgãos do governo federal, o argumento de resistência do governo relativo ao corte orçamentário que prejudicava o cumprimento da promessa de Lula. Em Brasília, durante o período ainda promoveram passeatas com 20 mil pessoas pelas ruas, unificando bandeiras de luta com indígenas e negros, promoveram atos contra o imperialismo, em frente a Embaixada dos Estados Unidos, e por um modelo de desenvolvimento nacional, em frente ao Ministério da Fazenda. A cobertura negativa da mídia tentou desmoralizar os protestos. O Presidente da República recebeu a delegação dos membros e após intensas negociações, cancelou os cortes no orçamento, contratação de novos funcionários para o INCRA e mais apoio aos assentamentos (CARTER, 2010).

reformas necessárias. O desencanto do MST com o PT aconteceu, muitos perderam a esperança e foi um duro golpe lidar com tal conjuntura. Ainda que se mantivessem a esperança, o apoio ao partido passava a ser estratégia para derrotar a direita, no segundo mandato de Lula contra Geraldo Alckmin que demonstrava sua força contrária no estado de São Paulo. O que se constatou em seu segundo mandato também foi semelhante ao primeiro (BRANFORD, 2010).

Vale ressaltar o estímulo por parte do Movimento na participação e disputa dos espaços sociais por parte de seus militantes. A compreensão dos limites institucionais da participação em espaços como os Conselhos e Conferências Nacionais de formulação de políticas públicas é demonstrado na resistência de participação por parte de alguns militantes. A participação é entendida como a capacidade de incidir na tomada de decisões, é demonstrado o estímulo à participação política por parte do MST. Como analisa Jesus (2015), é notável a disposição favorável à participação nos conselhos gestores, mas a ressalva parte também do entrave de “institucionalização” e seus limites burocráticos, contra o jogo de coalizão. Inference-se os limites que compreendem a participação institucionalizada e suas estruturas hierárquicas, dificuldade de atuação dentro de certos espaços, em especial os consultivos.

A vitória de Dilma Rousseff em 2010 também não representou uma ruptura, afinal, seguiu o mesmo modelo apresentado por Lula de correlação de forças. As concessões feitas a favor do neoliberalismo permaneciam, manteve o legado social deixado por Lula e não realizou reformas importantes para a transformação do país. Em seu governo,

[...] no plano da política de reforma agrária, passou a ter espaço no governo a ideia de que os investimentos no campo deveriam ser feitos no sentido de melhorar as condições de vida e produção nos assentamentos rurais já existentes. Novas desapropriações só teriam espaço na agenda estatal após um amplo processo de qualificação dos assentamentos rurais. Sobre isso, em seminário realizado na Associação Brasileira de Imprensa sediada no Rio de Janeiro, por ocasião da Jornada Nacional por Reforma Agrária e Justiça no Campo organizada pelo MST em abril de 2013, João Pedro Stédile afirmou: “é o mesmo que o governo dizer para os sem teto, para o movimento que luta pela moradia, que só vai dar casas para o povo quando reformar as que estão caindo nos morros”. O questionamento feito pelo dirigente do Movimento faz parte das tensões que marcam as relações entre o MST e os governos petistas (CAMPOS, 2015).

A insatisfação por parte desse segmento também é expressa na Marcha à Brasília em 2012. A articulação com outros movimentos do campo como CONTAG, MPA, MAB e outras organizações demonstra o esforço de potencializar a força de protesto. Haja vista que em momentos anteriores as marchas eram feitas por articulação exclusiva, remetendo a abril de 1997 e ampla articulação política. A forma tradicional recorrente de repertório de ação do MST de ocupações de terras foi reduzida, mas não expressa necessariamente a tese de desmobilização

e sim uma mudança da estratégia de reivindicação do movimento (CAMPOS, 2015).

Apesar da insatisfação com os governos petistas e a pressão exercida sobre eles, a conjuntura política desfavorável se estabelecia no país. Os frequentes protestos se ampliaram, a insatisfação por parte da esquerda que demandava reformas estruturais e por parte da direita que desejava ampliar o neoliberalismo disputavam as ruas e pessoas. A capacidade de cooptação pela direita de setores da classe média da sociedade garantiu o apoio popular para a validação do golpe do *impeachment* de Dilma em 2016.

O governo provisório de Michel Temer, como dito anteriormente, expressava os interesses do agronegócio e ruralistas. Nesse sentido, a criminalização e perseguição ao Movimento Sem Terra retorna por parte do Estado. A postura de Temer ao extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário e cancelar as desapropriações e demarcações de terras indígenas e quilombolas representou o atendimento das demandas de sua força política. Em nenhum momento cedeu às pressões dos movimentos sociais do campo, atendendo fielmente os interesses dos articuladores do golpe (ALENTEJANO, 2018). Expressão disso foi a Medida Provisória 759, que, sob a justificativa de aprimorar os mecanismos de alienação de bens imóveis, dificultou o processo de desapropriação para os assentamentos.

A eleição de Bolsonaro em 2018 cristalizou o projeto ofensivo neoliberal, somado ao caráter da extrema direita, discursos de ódio ao que se denominou o comunismo no Brasil e ameaças diretas às ações dos movimentos sociais. Ainda durante a campanha presidencial, o então candidato incentivava a violência ao se referir às ocupações de terra realizadas pelo MST<sup>22</sup>. A retórica ainda incluía a tipificação de terrorismo sobre as ações exercidas, referindo-se à ocupação das terras improdutivas, alegando a inviolabilidade da propriedade privada, sem considerar a função social da terra.

Conforme expõe Alentejano (2020, p. 371) sobre a reforma agrária, “a determinação de Bolsonaro de paralisar completamente a criação de assentamentos apenas radicalizou uma política que já vinha sendo delineada anteriormente, em consonância com os interesses do agronegócio”. A retomada do que foi iniciado no final do governo FHC e do que se estabeleceu com Temer é a privatização das terras dos assentamentos (ALENTEJANO, 2020).

A agressividade de Bolsonaro se demonstra em aspectos como o Projeto de Lei 191/2020, uma das tentativas mais cruéis, ao propor a exploração econômica em terras

---

<sup>22</sup> <https://istoe.com.br/invadiu-e-chumbo-afirma-bolsonaro-em-palestra-no-rio> - 22.05.2018.

indígenas. As atividades previstas que seriam regulamentadas são a atividade agropecuária por meio do arrendamento, mineração, garimpo, exploração de petróleo e construção de usinas hidrelétricas. Além disso, soma-se a escalada da grilagem de terras, com a edição da MP 910/2019, que enfrentou dificuldades para tramitação durante a pandemia da covid-19 e transformada em Projeto de Lei 2.633/2020, conta com o apoio do agronegócio para aprovação. Além disso, a aprovação da Lei 13.870/2019, que permite os proprietários portarem armas de fogo em todo perímetro de suas propriedades contribuiu para o aumento expressivo da violência no campo (ALENTEJANO, 2020).

O retrocesso deflagrado a partir do golpe de 2016, com a ofensiva neoliberal, inviabiliza práticas que foram construídas durante os governos do PT, com certa abertura para negociações diretas e formas de interação. Contudo, durante os governos do PT, como foi demonstrado, o MST sempre assumiu uma postura crítica e de enfrentamento. As demandas por uma Reforma Agrária Popular nunca se concretizaram, alguns ganhos foram relativamente positivos como demonstrado, mas os impasses do jogo democrático como as coalizões e concessões ao capitalismo financeiro internacional mantiveram as velhas estruturas coloniais. Os progressos e conquistas da classe trabalhadora acumulados durante anos sofreram diante da nova conjuntura que se estabeleceu, no sentido de que novas famílias não foram assentadas e o processo de reforma agrária retrocedeu. A tentativa de criminalização e postura combativa por parte do Estado, seja por meio de discursos de ódio ou medidas oficiais de recrudescimento da lei ou desmonte de políticas participativas, dificultam ações e incitam confrontos violentos. Visto que a violência no campo aumentou, por parte da flexibilização do porte de armas e outros fatores, mas o MST manteve seus repertórios tradicionais e se manteve na luta. A ocupação de terras não parou durante esse momento de dificuldade, concomitante a outras formas como marchas de protesto, solidariedade e outros.

A trajetória de luta e resistência do Movimento e dos militantes constitui parte importante da história dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo e parte da Nova República. A importância e reconhecimento nacional e internacional refletem a dimensão do MST, sua capilaridade demonstrada pela atuação nas cinco regiões do Brasil, em 24 estados e cerca de 450 mil famílias que conquistaram suas terras para produzir. Além dos sem-terra, o movimento é capaz de estabelecer uma rede de articulação com movimentos do campo e da cidade, das mais diversas organizações da sociedade civil. Mantém o debate pela Reforma Agrária Popular vivo e contribui em aspectos para o aprofundamento da democracia em busca de justiça social. A luta envolve um novo projeto de sociedade, por isso outras pautas como

saúde e educação, na amplitude dos direitos sociais confluem como bandeiras de luta do movimento.

#### 4.2 REINVENTAR A LUTA DIANTE DA PANDEMIA

A conjuntura estabelecida demonstrou uma inflexão da esquerda e da capacidade dos movimentos sociais em alcançar suas reivindicações, pela dificuldade em negociações, até mesmo em dificuldades para sua manutenção devido a discursos persecutórios e tentativas de criminalização. O cenário hostil foi agravado pela pandemia da Covid-19, os cortes no orçamento público nas mais diversas áreas, em especial na saúde, educação e assistência social, que se viram tensionadas diante da crise sanitária. A falta de diálogo e participação conjunta da sociedade e de especialistas com a concentração das decisões no governo federal pela declaração do Estado de Emergência foi calamitosa, levando a falta de coordenação na gestão da pandemia e agravou a situação.

A necessidade de isolamento social para prevenção da doença foi marcante, de tal forma que o impacto social não somente afetou a sociabilidade, atividades econômicas, lazer, mas também nas formas de atuação dos movimentos sociais e em seus repertórios de ação. Nesse sentido, o uso das tecnologias foi fundamental para que certas atividades se mantivessem, uma nova socialização pautada por redes sociais e ferramentas digitais. Além do distanciamento físico, uso de equipamentos de proteção individual, cuidados com a higiene e outras diversas recomendações da OMS que foram incorporadas às rotinas já existentes em momentos de flexibilização.

As novas formas de atuação e resistência por parte dos movimentos sociais demonstram sua capacidade de adaptação e inovação diante das adversidades. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se destaca por sua organicidade como já destacado e sua trajetória e importância dentro da democracia brasileira. As ações que promoveram nesse período e suas inovações contribuíram para a participação política no país, como analisaremos a seguir.

Retoma-se os conceitos do primeiro capítulo sobre as teorias democráticas, de modo a ressaltar a importância da participação e sua relação com o aprimoramento das capacidades humanas, na socialização de valores democráticos, no senso de eficiência política e também do elemento das informações necessárias para tomada de decisão. Em sua organicidade, o MST é

organizado desde seus acampamentos e assentamentos, nas direções estaduais e nacional, combina formas em que todos participam das tomadas de decisões locais, promovem Congressos nacionais, reuniões deliberativas etc. A educação é elemento central para o movimento na formação dos militantes, no empoderamento de grupos historicamente marginalizados que encontram voz dentro da organização, a humanização do sujeito e a valorização cultural também compõem esse elemento. Pois, não se trata de educação mercadológica, mas na partilha dos saberes tradicionais dos povos em cada região do país, valorizando os saberes tradicionais e partindo dessas realidades para a compreensão do mundo, da política e dos direitos.

A reforma agrária promovida pelos assentados, através da desapropriação ou expropriação das propriedades improdutivas, reconhecidas pelos assentamentos é uma forma também de combate às desigualdades sociais, da concentração de terra e que promove a redução da pobreza e ajuda no combate à fome como será explorado adiante. Pois, o agravamento da fome no Brasil decorrente da inflação nos preços dos alimentos, bens e serviços em geral afetou severamente populações vulnerabilizadas, o acesso a uma alimentação saudável foi promovido por meio da solidariedade na doação de toneladas de alimentos, produções de marmitas e venda de alimentos a preço de custo. As ações foram possíveis graças a produção dos assentamentos e acampamentos, no engajamento dos agricultores, na parceria com outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil (LAURENTINO *et al.*, 2022; MACHADO; ALBUQUERQUE JORGE; MANÇANO FERNANDES, 2022; SANTOS *et al.*, 2021).

O aumento da insegurança alimentar e da pobreza decorrente da inflação e da postura do governo em reduzir políticas públicas como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que promovia o debate com a sociedade civil e também como instrumento de controle social foi agravado nesse período. O MST promove por meio da agroecologia uma alternativa do sistema dominante de exportação de *commodities* do agronegócio, este baseado no latifúndio que produz desigualdades no campo. A promoção e o cuidado com a natureza por parte do movimento ajudam na recuperação e preservação do meio ambiente, em contraposição ao desmatamento e uso predatório da terra, da contaminação dos solos, do uso abusivo de agrotóxicos. As formas de produção da agricultura familiar possibilitaram a produção de alimentos de qualidade, promovendo uma alimentação saudável e contribuem no combate a insegurança alimentar, e atuam conforme o conceito de Segurança

Alimentar e Nutricional<sup>23</sup> (LAURENTINO *et al.*, 2022).

Outra política afetada por Bolsonaro é o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), criado em 2003 durante o governo Lula, com o objetivo de comprar alimentos produzidos pelos pequenos agricultores, como aqueles produzidos pela agricultura familiar, assentados, povos indígenas, dentre outros, para o abastecimento de instituições públicas, sejam escolas, hospitais e espaços que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2020 *apud* MACHADO; ALBUQUERQUE JORGE; MANÇANO FERNANDES, 2022).

Como afirmado, a produção desses alimentos é feita geralmente com base na agroecologia, fornecendo alimentos saudáveis e de qualidade às populações que utilizam esses serviços e contribuem com os produtores ao garantir a venda de seus produtos. Diante da crise sanitária, o fechamento de escolas impede que milhares de crianças tenham acesso à alimentação, antes garantida na escola, passando a responsabilidade para o núcleo familiar, uma vez que em situação de vulnerabilidade devido à alta da taxa de desemprego e exposição dos responsáveis em empregos informais. Isto demonstra apenas uma via dos impactos, dentre tantas outras realidades, como também afeta os produtores que deixam de possuir a garantia da destinação de seus produtos e de seu sustento. A defesa ferrenha do agronegócio por parte de Jair Bolsonaro, contra os movimentos sociais do campo, a reforma agrária e das políticas sociais, promove a pauperização da vida dos mais pobres e a destruição do meio ambiente. Os grupos excluídos dos processos participativos do Estado encontram formas de resistência como as ações promovidas pelo MST para resistir à pandemia, em favor da vida da classe trabalhadora.

As ações de solidariedade também são formas de espaço comunicativo e de socialização política, demonstram que os acampamentos e assentamentos são produtivos. Ao contrário da ideia de que são “terroristas”<sup>24</sup>, como muito difundido pela mídia até mesmo pelo então Presidente, provam que sua produção é para o mercado interno e capaz de promover o combate à fome. A reforma agrária promovida pelo MST e suas ações de modo geral durante a pandemia dialogam com o alcance de Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>25</sup>, enquanto o governo toma

---

<sup>23</sup> Ver mais em LAURENTINO *et al.*, 2022

<sup>24</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-quer-tipificar-invasao-de-propriedade-por-mst-mtst-como-pratica-terrorista-22702521>

<sup>25</sup> A Agenda 2030 da ONU é composta por um plano de ação, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 Metas. Foi aprovada em 2015, em sequência a ampliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Agenda 21. Ver mais em MACHADO; ALBUQUERQUE JORGE; FERNANDES 202.

atitudes que vão em contraposição para o alcance dos mesmos (MACHADO; ALBUQUERQUE JORGE; MANÇANO FERNANDES, 2022).

*Figura 10 - Distribuição de alimentos saudáveis em todo país*



Fonte: MST, 2021.

A capacidade de articulação do movimento com outras organizações da sociedade civil demonstra também a importância que constitui na sociedade. As doações foram destinadas às mais diversas regiões, com predominância em certos locais em que o MST possui um histórico de organização como no Sul do país, como no Nordeste que se fortaleceu,

Como podemos perceber, as doações foram destinadas a comunidades urbanas e indígenas; ocupações; pessoas em situação de rua; cozinhas comunitárias; igrejas; hospitais; além de outras ações não evidenciadas nesse artigo, mas que beneficiam comunidades quilombolas e rurais; trabalhadores grevistas; asilos; casas de acolhimento de migrantes e refugiados; clínica de reabilitação de dependentes químicos; famílias atingidas por enchentes; e muitas outras.

Houve muitas ações de solidariedade constituídas a partir de campanhas como a Periferia Viva e a Natal Sem Fome, bem como, oriundas de articulações com Organizações Não Governamentais (ONGs); universidades públicas; fóruns e conselhos de segurança alimentar; igrejas; sindicatos; associações; cooperativas; organizações de direitos humanos; defensorias públicas; e movimentos socioespaciais e socioterritoriais como a Via Campesina; o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Levante Popular da Juventude; o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Frente Brasil Popular (FBP); e muitos outros. (MACHADO; ALBUQUERQUE JORGE; FERNANDES, p. 164, 2022)

Figura 11 - Doação alimentos do MST em Pernambuco



Fonte: GODOY, 2021.

As ações de solidariedade são uma renovação de estratégias de resistência e da própria promoção da reforma agrária. Trouxeram visibilidade e beneficiaram um maior número de pessoas através da capacidade de articulação com diversos movimentos e instituições, que contribuem para a formação de uma agenda comum de luta. Esses espaços comunicativos e de socialização política ajudam a construir e conscientizar sobre as lutas que os movimentos sociais desenvolvem, de acampamentos e assentamentos produtivos, no diálogo com a classe trabalhadora que recebe as doações e daqueles que participam e se envolvem. Contemplam as periferias urbanas, ocupações, terras indígenas e quilombos, também introduzem debates em espaços como as cozinhas comunitárias onde são preparados os alimentos. Além da divulgação nas redes sociais que demonstra a capacidade de diálogo com a sociedade, atingem maior número de pessoas que antes não eram informadas sobre o movimento, fomentando o debate público sobre a reforma agrária a nível nacional e também internacional (MACHADO; ALBUQUERQUE JORGE; MANÇANO FERNANDES, 2022; SANTOS *et al.*, 2021). A rede que se cria de resistência à pandemia, à fome e ao governo que se coloca em uma posição de negligência com a população em situação de vulnerabilidade, capaz de socializar alternativas.

O MST foi responsável por doar mais de sete mil toneladas de alimentos durante a pandemia, recebeu o prêmio internacional Esther Busser da Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelas ações desenvolvidas na pandemia<sup>26</sup>.

*Figura 12 - Preparação de marmitas em cozinhas comunitárias*



Fonte: MST, 2021.

---

<sup>26</sup><https://mst.org.br/2021/10/20/mst-recebe-premio-de-justica-social-da-onu-pela-atuacao-na-defesa-da-classe-trabalhadora-no-brasil/>

*Figura 13 - Distribuição de marmitas*



Fonte: MST, 2021.

O processo que envolveu essas ações de solidariedade, seja na articulação dos movimentos e instituições, a arrecadação, preparação das cestas ou alimentos, distribuição e divulgação. São espaços de participação direta dos indivíduos em estruturas deliberativas e de socialização política, como citado, foram capazes de promover o diálogo com a classe trabalhadora. As ações não estão desvinculadas da luta política, pois representam uma forma de expressão desta. A solidariedade aqui se coloca como ações horizontais de respeito mútuo na construção de uma rede de apoio do povo para o povo, diferente de ações de caridade feitas por instituições privadas financiadas por empresas que fazem doações desvinculadas da luta política<sup>27</sup>. O caráter educativo desse processo participativo imbrica nos efeitos psicológicos de eficácia política como descrito por Pateman (1992). A autoconfiança desenvolvida numa ação de solidariedade, saber que a ação coletiva é capaz de transformar realidades, nesse caso de resistência a pandemia e a fome, mas também ao governo. Acrescenta-se ao fato de que os períodos de isolamento social foram difíceis, em certa medida espaços de socialização limitados, as ações rompem com o isolamento, seja em atividades presenciais ou por meio das redes sociais.

Como citado, a divulgação dessas ações por meio das redes sociais demonstra a apropriação da utilização de novas mídias digitais, agregando novas dinâmicas sociais. Esse

---

<sup>27</sup> <https://mst.org.br/2020/06/25/solidariedade-nao-e-caridade/>

processo ganhou força desde as manifestações de 2013, como nova estratégia de comunicação, que passou a ser canal dominante de interações sociais na pandemia pelo distanciamento social. A comunicação virtual do MST também busca disputar as narrativas, pela construção popular de seus conteúdos, conforme seus valores de luta pela democratização dos meios de comunicação e contrapor a mídia hegemônica (SANTOS *et al.*, 2021).

Dessa forma, é possível identificar as diversas postagens nas mídias sociais como YouTube, Instagram, Twitter, Facebook, site/blog, artigos publicados no jornal Brasil de Fato, com a proposta de produzir conteúdo de cunho informativo, direcionado em especial à população acampada e assentada sobre o coronavírus. Os conteúdos de Promoção e Prevenção à Saúde, como cunhado por Santos *et al.* (2021, p. 820), continham informações de “orientações sobre prevenção, alimentação saudável e o papel da agricultura no combate ao vírus; cuidados com o isolamento; gravidade da doença nos diversos contextos e sobre as medidas que o MST está empregando [...]”. As informações difundidas têm como base as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), muitas vezes contrariadas por Bolsonaro, dessa forma também possuem cunho político em defesa da classe trabalhadora. Além disso, foram difundidas informações de promoção de saúde ancoradas em saberes populares e tradicionais, da agroecologia, sobre a produção de alimentos saudáveis, também de cuidados individuais e recursos caseiros para estes cuidados. As postagens também se concentravam na divulgação do número de infectados e óbitos pela doença (SANTOS *et al.*, 2021).

Em junho de 2020 também lançaram o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular, conforme Kelli Mafort, da coordenação nacional do MST: “[o plano] têm o objetivo de promover a criação de empregos, produzir alimentos para o povo e garantir renda e condições para que famílias vivam dignamente”<sup>28</sup>. O Plano é constituído por quatro pilares fundamentais: terra e trabalho; produção de alimentos saudáveis; proteção da natureza, água e biodiversidade; condições de vida digna no campo. Expressa os valores do movimento com os princípios da agroecologia, da defesa do trabalhador rural e da melhora na qualidade de vida da população. Questões consideradas urgentes principalmente em um contexto de pandemia e aumento da fome.

As ações de solidariedade citadas também contemplam a distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI), como parte das orientações da OMS de sua utilização. Visto que

---

<sup>28</sup><https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vida-digna/>

em muitos casos o acesso a esses materiais, como máscaras, álcool em gel, ou até mesmo a falta de saneamento básico e itens de higiene pessoal eram de difícil acesso às populações em vulnerabilidade social, os itens foram também de grande importância no combate à pandemia (SANTOS *et al.*, 2021). A importância de tais ações também no sentido das informações foi em contraposição a disseminação das *fake news* por parte de Bolsonaro e seus seguidores, que por vezes gerou confusões no entendimento popular. Isso se deve pela confiança que depositam em um líder, na expectativa sobre o Presidente da República, que no fim minimizou a pandemia e não seguiu as orientações de Organizações Internacionais, como a OMS.

Houve também, por parte do MST, a promoção de atividades artísticas e culturais por esses meios digitais. Dessa forma, o movimento não somente se afirma, mas resgata a cultura popular e tradicional das diversas regiões do país em suas redes, em contato com o povo, diante de um momento de isolamento social. Nota-se a expressão das vivências do campo, também durante a pandemia, através de poesias, músicas, desenhos e outros, demonstrando uma sensibilidade sobre a realidade posta (SANTOS *et al.*, 2021).

A articulação política e de enfrentamento, citada anteriormente, também se potencializou pelas mídias, confluindo com a diversidade de culturas e saberes que foram facilitadas por essas ferramentas. Seja na organização de ações diretas de contestação e articulação com outros setores, de atuação conforme os repertórios tradicionais de campanhas, congressos, cursos, também o uso das plataformas para divulgar a produção de alimentos e recomendações de isolamento, correntes de *tuitaços*, convocações para painéis, publicações de artigos informativos, programas semanais ao vivo, desde análise de conjuntura a atividades culturais. Dessa forma, o movimento é capaz de apropriar-se do cenário político e social, atualizando pautas de luta e incorporando as lutas tradicionais às novas, em novas estratégias de mobilização (SANTOS *et al.*, 2021).

*Figura 14 - Projeção Fora Bolsonaro*



Fonte: ENGELMANN; LIMA, 2020.

O MST também promoveu ações de denúncia sobre as atitudes do governo federal diante da má gestão da pandemia. Nesse sentido, promoveu painelaços em defesa da classe trabalhadora, em defesa de medidas que atacavam direitos trabalhistas, mas também contra as ações de descaso do governo na gestão da pandemia<sup>29</sup>, como na exigência da vacinação. As convocações e ações nesse sentido foram capazes de promover uma maior visibilidade sobre as questões políticas, em conjunto com as ações informativas a respeito da situação atual. Dessa forma, são contribuições importantes para a participação política, ainda que sejam indiretas. A instauração da Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) sobre a gestão da Covid-19 foi importante nesse sentido, pois aponta para a real omissão do grupo político no poder. O documento produzido pela CPI é um excelente material que contribui para entender o emprego da necropolítica e as questões denunciadas pelos movimentos em todo o período. Caso exemplo do atraso da vacinação, como exposto pelo inquérito, que o Brasil poderia ter sido o primeiro país a vacinar<sup>30</sup>.

No cenário de impossibilidade de diálogo com o governo federal, o MST assumiu uma postura combativa ao projeto político em curso. As ações sistemáticas de denúncia das atitudes

<sup>29</sup><https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/02/cidades-brasileiras-registram-panelaco-contra-bolsonaro-nesta-quarta-feira.ghtml>

<sup>30</sup><https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>

do governo, da expressão da necropolítica citada, em especial a negação em implementar políticas públicas que assegurassem condições mínimas aos mais vulneráveis. Seja por meio de protestos, como citados os painéis ou ocupações das ruas em manifestações, em resposta aos casos de corrupção e atraso na compra de vacinas<sup>31</sup>, na divulgação de cartazes de conscientização de denúncia contra o aumento da carestia<sup>32</sup>; atos de escracho contra as medidas de Paulo Guedes<sup>33</sup> e denúncias contra mineradora responsável por crimes ambientais<sup>34</sup>.

Além das inovações estratégicas do movimento, os repertórios de ação tradicionais continuaram vivos e resistindo às ameaças de latifundiários, grileiros e do próprio Estado. Em meio à pandemia, ocorreram tentativas e ações de despejo, que foram barradas por ação liminar do STF, expressão da vitória da campanha do Despejo Zero de articulação de 175 organizações, traduzida na ADPF n.º 828. Alguns casos como o Acampamento Campo Grande resistem. Os conflitos no campo também permaneceram tensionados, como já mencionado no tópico anterior, a conjuntura se manteve difícil para os movimentos do campo, houve aumento dos assassinatos no campo em 2021, comparado ao ano anterior 2020<sup>35</sup>.

Mesmo diante das dificuldades, falta de apoio e perseguição política, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra resiste. A importância das ações que desenvolveram ao longo da pandemia reflete a luta pela democratização da terra, contra as desigualdades sociais que se intensificaram no período e pela reivindicação de direitos básicos da população brasileira. Diante da omissão do Estado, da necropolítica empregada pelo governo Bolsonaro, o movimento foi capaz de promover diálogo direto com a sociedade, expandindo o diálogo para além das famílias beneficiadas e das instituições envolvidas.

A combinação de novas formas de luta e antigos repertórios de ação foram fundamentais para a visibilidade e recolocação do debate na esfera pública sobre a necessidade de reforma agrária no Brasil. Este elemento é uma questão fundamental para o aprofundamento da democracia, em seu sentido mais amplo, na capacidade de promover justiça social.

---

<sup>31</sup> Diversos atos em favor do impeachment de Bolsonaro diante da crise sanitária ocuparam as ruas em 2021 <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/01/fora-bolsonaro-veja-lista-com-locais-de-atos-do-proximo-sabado-3>

<sup>32</sup> “Bolsocaró”: Ativistas espalham cartazes contra aumento de preços dos alimentos <https://mst.org.br/2021/03/01/bolsocaró-ativistas-espalham-cartazes-contr-aumento-de-precos-dos-alimentos/>

<sup>33</sup> <https://www.cartacapital.com.br/politica/mst-faz-escracho-contra-guedes-no-predio-do-ministerio-da-economia-lucra-com-a-fome/>

<sup>34</sup> <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/08/juventude-do-mst-denuncia-mineradora-responsavel-por-crimes-ambientais-urbanos/>

<sup>35</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/877088-assassinatos-no-campo-subiram-75-em-2021-denuncia-pastoral-da-terra/>

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito liberal procedimental de democracia ser o mais difundido é de interesse da classe dominante, pois se os mecanismos legais e liberdades estão conforme o esperado, nada há de se preocupar com a democracia. A realidade demonstra as limitações que essa interpretação fornece, em determinados momentos históricos no Brasil, até mesmo os elementos básicos foram ameaçados, deflagrando retrocessos democráticos significativos. Mas em termos de justiça social e redução de desigualdades, papel que o Estado deveria assumir, em especial durante a crise sanitária da Covid-19, se observou um movimento de retrocesso ainda maior.

Conforme discutido sobre a teoria da democracia participativa, os valores promovidos pela participação implicam no fortalecimento e ampliação da democracia. Não somente da estrutura, como da substância e dos indivíduos que a constituem. No Brasil, vimos que a institucionalização da participação se deu apenas em 1988 com a promulgação da Constituição Federal. Nesse movimento, foi possível a abertura de espaços para que organizações da sociedade civil pudessem participar na construção de políticas públicas. Os avanços foram significativos na ampliação dos canais, conseqüentemente o aumento de políticas públicas essenciais para o aprofundamento da democracia. Pois estão relacionadas diretamente na promoção de mecanismos que reduzem desigualdades, melhoram a condição de vida de grupos marginalizados do processo político.

Entretanto, a partir de 2014 esse processo sofreu uma inflexão, com sucessivos eventos que marcaram a participação e a democracia no Brasil. A tentativa de aprofundamento da participação enfrentou a oposição conservadora da classe dominante. O que se seguiu desse período foi a ofensiva neoliberal, o golpe do impeachment contra Dilma Rousseff e a prisão de Lula. As reformas promovidas por Michel Temer demonstravam as facetas dessa ofensiva, retirando direitos historicamente conquistados e reduzindo o papel do Estado, abrindo-o ao grande capital e promovendo a privatização de serviços e empresas. A tática de *lawfare* instaurada contra o Partido dos Trabalhadores corroboram para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, retirando Lula da concorrência. O candidato eleito já demonstrava a partir de seus discursos que seria um período de difíceis retrocessos para a participação, atuação dos movimentos sociais, cortes orçamentários entre outros. O Estado tornou-se menos suscetível a atender as demandas sociais da sociedade civil, dessa forma, a política volta-se ao mercado

financeiro internacional, cortes orçamentários que prejudicavam o funcionamento de serviços entre outros.

O governo de Jair Bolsonaro foi marcado por uma série de características únicas, expressão do cunho da extrema-direita em ascensão no mundo, isso se configurou num desmonte do Estado brasileiro. O seu discurso voltava-se aos “cidadãos de bem”, a cidadania era limitada a esse grupo e o resto da sociedade era deixada à mercê, fora aqueles que representavam uma ameaça a esses cidadãos, deveriam ser perseguidos e até mesmo executados. Nesse sentido, observa-se a polarização política extrema no discurso, sem espaço para a pluralidade de existências dentro da democracia. Não só neste ponto representou uma ameaça ao sistema democrático, seja no questionamento das eleições, em ameaças ao fechamento de instituições como o STF, interferências na Polícia Federal etc. Tantos retrocessos também presentes em questões sociais, cortes a políticas públicas e serviços, consequentemente sentidos em outros aspectos como a destruição do meio ambiente e aumento das queimadas. Esses elementos compõem alguns dos fatores que se somaram a crise sanitária da covid-19 e impactaram ainda mais em retrocessos democráticos e afetaram a vida da população brasileira. Um desses aspectos foi o ataque à participação institucionalizada, no primeiro ano de governo se deu a tentativa de acabar as Instituições Participativas pelo Decreto nº 9.759/19. Muitos desses espaços ainda se resistiram foram modificados nesse período conforme o projeto político em curso como citado.

A participação dos movimentos sociais na democracia é necessária para a pressão do Estado em caminhar favorável às suas demandas, como parte da sociedade civil organizada é capaz de demonstrar os problemas presentes na sociedade. Desde as movimentações pelo fim da Ditadura Militar, na formulação da Constituição e em todo o período que constitui a Nova República. Os momentos de expansão da participação institucionalizada confluem em momentos de maior abertura do Estado. Bem como a relação dos movimentos sociais no engajamento dos indivíduos promovem uma qualificação da participação, seja ela direta ou indireta. Quando referimos a participação direta são em canais como Conselhos, Conferências, no Orçamento Participativo ou na formulação de planos diretores municipais etc. E em indireta na pressão por ampliação de direitos e pela inclusão de grupos historicamente marginalizados na formulação de políticas públicas. Contudo, o cenário de inflexão da democracia foi também um duro golpe para os movimentos, que viram a dificuldade em expressar suas demandas, com o fechamento do Estado para o diálogo e negociação com os mesmos.

As contribuições que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra exerce na democracia brasileira podem ser identificadas além da promoção da reforma agrária, devido às ocupações, mas na pressão do governo por melhores condições de vida. A luta pela democratização da terra é histórica, a expressividade do movimento com a inovação de luta por meio das ocupações e acampamentos foi fundamental para que milhares de famílias fossem assentadas ao longo dos anos. A contribuição nesse sentido de redução das desigualdades sociais, com o acesso à terra, na condição do trabalho, da produção de alimentos saudáveis e da agroecologia na preservação do meio ambiente são elementos importantes para a promoção da justiça social. A educação também é um elemento central para o movimento, que fomenta atividades educativas e de formação para compreensão da realidade que se insere na luta política pela terra, por um novo projeto de sociedade.

A luta pela terra não se limita a promoção de reforma agrária e na instauração dos assentamentos, tampouco seu fim estaria no alcance da Reforma Agrária Popular. Essa afirmação se deve pela busca de um conjunto de bandeiras defendidas pelo movimento que compõem esse novo projeto de sociedade que almejam. O ponto de partida se dá pelo acesso à terra, mas transborda ao se relacionar com novas formas de interação com o meio ambiente, a promoção de saúde ampliada em termos de qualidade de vida e novas relações de trabalho. Elementos que confluem para uma sociedade mais justa, os alinhamentos políticos do MST se direcionam para o aprofundamento da democracia em termos de justiça social, empregando os ideais socialistas. Nesse sentido, sua atuação dentro da democracia liberal burguesa vai em contraposição ao Estado que mantém as velhas estruturas, mas com análises conjunturais que permitem avaliar as condições para renovar suas táticas e estratégias para alcançar seu objetivo.

Durante a pandemia, que ocorre concomitante aos retrocessos democráticos configurados por Bolsonaro, o MST se coloca em destaque na resistência pela vida da classe trabalhadora e contra os retrocessos. As informações disseminadas presencialmente e virtualmente, sobre formas de proteção e contágio do vírus, cuidados com a saúde, número de infectados e mortos, compõem as ações para promoção de saúde, conforme sua bandeira de luta. Em um momento em que a ocultação de dados e minimização da doença é promovida por parte do governo federal. Essa diferenciação teve impacto no sentido de compor a denúncia de irresponsabilidade por parte de Bolsonaro, desde o início da crise sanitária. O projeto de morte empregado pelo governo federal causou extrema comoção no movimento, a escolha das novas táticas de luta fora no sentido combativo diante desse cenário.

Nas ações de solidariedade se demonstrava o apoio ao povo, o “nós por nós”, contra a omissão do Estado. A conduta de Bolsonaro ao não adotar medidas que garantissem o acesso da população a alimentação ou para a contenção da inflação, deu espaço para o aumento gritante da fome, como no caso da disputa por ossos descartados<sup>36</sup>. O apoio irrestrito ao agronegócio vai em contraposição à soberania alimentar, pois a produção é destinada à exportação de produtos que não se encontram na mesa da população brasileira. A insegurança alimentar foi minimizada pela doação de marmitas e cestas com alimentos saudáveis, considerando a expressividade das 7 milhões de toneladas de alimentos. Além disso, como ressaltado, as contribuições na doação de EPIs e de itens de higiene básica também contribuíram para a luta contra o vírus. Compreende-se aqui a luta de classes, pois o isolamento social não foi uma opção para muitos trabalhadores, para minimizar os impactos disso se fez necessário também garantir as condições básicas de saúde. Visto que, em muitos locais, a saúde como dever do Estado, em garantir saneamento básico ou acesso a atendimento hospitalar, é inexistente.

A articulação política com diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil compõe o conjunto das ações promovidas, um dos princípios do MST desde a sua formação. Sua importância nesse contexto se deve a capacidade de aglutinar agendas de luta com uma vasta camada da sociedade civil contra o governo Bolsonaro. Somam-se neste elemento as ações de denúncia, de marchas, protestos, reuniões de articulação, no sentido de desgastar o governo que ainda mantinha certa popularidade. Voltam-se para a conscientização política da classe trabalhadora, indicando os problemas sociais causados pela má gestão, ou melhor, pelo projeto político em curso promovido pelo presidente. A pressão exercida também pela força da frente ampla formada nesse momento contribuiu com a instauração da CPI da Covid-19, diante da falta de oxigênio nos sistemas hospitalares no Amazonas. O fato escancarou a falta de coordenação e omissão do estado que provocou o acionamento da fiscalização do poder legislativo. Demonstra a capacidade de acionamento dos sistemas de freios e contrapesos da democracia brasileira. Esses fatos foram denunciados pelos movimentos sociais que compuseram a frente ampla contra Bolsonaro. Além de exigências como a vacinação, devido ao atraso na compra das vacinas por opção do governo em superfaturar sua compra.

Dessa forma, as divulgações e articulações políticas são capazes de alcançar pessoas fora do círculo de alcance tradicional do movimento. O acesso à informação promovido foi

---

<sup>36</sup> <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>

importante no sentido educativo para conscientização política da situação de crise provocada pela pandemia. Pois, ao considerar que o vírus é um problema físico-biológico, por vezes foi retirada a responsabilização de Jair Bolsonaro pela situação brasileira. Como a própria frase do Presidente expressa diante das 5 mil mortes, “E daí, lamento. Quer que eu faça o que?”<sup>37</sup>.

Os meios de comunicação digitais e as novas ferramentas como as mídias sociais proporcionam ao MST, em articulação com demais movimentos, veicular notícias em disputa de narrativas. Nesse sentido também transbordaram os processos formativos para além dos trabalhadores rurais, os programas semanais disponibilizados em suas redes sociais, postagens compartilhadas, atividades de formação, entre outros. Elementos que mantiveram o debate político vivo para a criação de novas táticas também, ao se apropriar das novas formas de socialização, renovam também a luta. A luta contra o Bolsonarismo foi fundamental para aglutinar diversos setores da sociedade em defesa da vida, dando visibilidade também à luta histórica do MST.

Compreende-se também a forma pela qual as ações impactaram positivamente na esperança e no senso coletivo de sociedade, em um momento de tamanha dificuldade. Pois, a concentração de poderes em um Estado de Emergência, as limitações diante do isolamento social, disputa de narrativas sobre recomendações e minimização da doença entre outras citadas ao longo do texto. Foram tempos difíceis para toda a classe trabalhadora, grande parcela em empregos informais, pouco ou nenhum auxílio do governo, aumento da fome e miséria. Ademais, os espaços comunicativos e de socialização política que se estabeleceram nas atividades presenciais e virtuais foram espaços também educativos, partilhando valores democráticos, senso de contribuição e eficácia política.

As contribuições teóricas sobre a participação do MST também servirão para futuras pesquisas sobre o movimento e período histórico. Atualmente está em curso mais uma tentativa de criminalização, por parte da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações do MST. Os trabalhos se iniciaram em fevereiro de 2023 e estão em tramitação, indicando a tentativa por parte da oposição no Legislativo ao atual governo de Lula, reeleito em 2022.

As considerações apresentadas acerca das contribuições se limitam a análise teórica dos fatos, apontando possíveis implicações no que diz respeito à participação e democracia. Apesar

---

<sup>37</sup> <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>

das limitações deste trabalho de reunir relatos e apresentar dados originais sobre a relação entre a participação nas ações com a socialização dos valores, aumento da autoconfiança e entre outros elementos, percebeu-se a relevância das ações do MST para ampliar o espaço público neste momento de avanço autoritário. Sendo assim, mesmo que não seja possível estabelecer uma causalidade direta entre as ações do MST e a participação, as lutas e ações contribuem para dar substância (justiça social, reforma agrária, igualdade de gênero e outras) aos procedimentos da democracia brasileira. Outras questões como os limites do acesso de grande parte dos grupos marginalizados às ações de informações, atividades culturais e de formação promovidas no ambiente digital, não foram abordadas no presente trabalho. Entretanto, aponta-se a existência desses espaços de trocas presencialmente durante a pandemia, o que possibilita atingir tais sujeitos, e, assim, incrementar a participação.

## REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L.. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325–357, abr. 2014.
- ALCANTARA, Pedro Henrique Generino de. Participação e deliberação: divergências e tensões no campo das teorias alternativas da democracia. **Diálogo**, Canoas, n. 38, p. 31-41, ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/viewFile/4257/pdf>. Acesso em: 3 abr. 2023.
- ALENCAR, J. et al.. Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, v. 15, n. Sociologias, 2013 15(32), jan. 2013.
- ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 353–392, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12434. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira?. **OKARA: Geografia em debate** (UFPB), v. 12, p. 308-325, 2018.
- ALONSO, A.. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. Lua Nova, 2009 (76), p. 49–86, 2009.
- ALVES FUKUSHIMA, K.; BRAGA, M. do S. S. . Os governos de Lula da Silva e os impasses à participação no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 26, n. 50, 2021. DOI: 10.52780/res.14748. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14748>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 13-20.
- AVRITZER, L. ; SILVA, E. M. ; DELGADO, P. ; ZANANDREZ, P. . Participação em tempos de desdemocratização: notas para um modelo de análise. In: Luciana Tatagiba; Debora Rezende de Almeida; Adrian Gurza Lavalle; Marcelo Kurath Silva. (Org.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. 1ed. Porto Alegre: Zouk, 2022, v. 01, p. 109-126.
- AVRITZER, Leonardo; RENNÓ, Lucio. The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**. 2021;13(3):442-457. doi:10.1177/1866802X211022362
- BEZERRA, C.; RODRIGUES, M.; ROMÃO, W. Conselhos de Políticas Públicas no governo Bolsonaro: impacto do Decreto 9.759/2019 sobre a participação social. In: Luciana Tatagiba;

Debora Rezende de Almeida; Adrian Gurza Lavalle; Marcelo Kurath Silva. (Org.).

**Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências.** 1ed. Porto Alegre: Zouk, 2022, v. 01, p. 37-64.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 3. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília: Linha Gráfica, 1991. 2 v.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. 77p.

BRANFORD, Sue. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** [tradução de Cristina Yamagami] - São Paulo: UNESP, 2010. p. 409-432.

CALDART, R. S.. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207–224, set. 2001.

CARTER, M. Desigualdade Social, Democracia e Reforma Agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** [tradução de Cristina Yamagami] - São Paulo: UNESP, 2010.

CIDADES REGISTRAM PROTESTOS EM APOIO À DEMOCRACIA E CONTRA O RACISMO. **G1**, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/07/cidades-registram-protestos-em-apoio-a-democracia-e-contra-o-racismo.ghtml>. Acesso em: 26, jun 2023.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 35-50.

CRANTSCHANINOV, T. I. Causas e Movimentos políticos e sociais. In: Humberto Dantas; Joyce Luz. (Org.). **Ciência política e políticas de educação** : conceitos e referências. 1ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021, v. 1, p. 562-579.

Da ROS, Luciano; TAYLOR, Matthew M. Accountability na Era Bolsonaro: continuidades e mudanças. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 187-204.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 139-164, out., 2004a.

DURIGUETTO, M. L.; SOUZA, A. R. DE .; SILVA, K. N. E. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálysis**, v. 12, n. Rev. katálysis, 2009 12(1), p. 13–21, jan. 2009.

ENGELMANN, Solange; LIMA, Wesley. Projeção Fora Bolsonaro. 2020. 1 imagem. 1024 x 769 pixels. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/19/panelaco-mostra-resistencia-e-forca-de-luta-em-mais-de-300-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

GASPARDO, M.. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. **Estudos Avançados**, v. 32, n. Estud. av., 2018 32(92), p. 65–88, jan. 2018.

GODOY, Olívia. - Doação alimentos do MST em Pernambuco. 2021. 1 imagem. 1024 x 769 pixels. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/06/cultivando-solidariedade-jornada-de-luta-mobiliza-familias-sem-terra-em-todo-o-pais/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

GOHN, M. DA G.. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 439–455, set. 2008.

GOMES, S. da S. R.; CAVALCANTI, R.; GÓMEZ ABARCA, C. de J. Notas sobre a criminalização dos movimentos sociais na América Latina: exemplos do Brasil e do México. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 3, p. 519–532, 2021. DOI: 10.5433/2176-6665.2021v26n3p519. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/44136>. Acesso em: 13 jun. 2023.

JESUS, Cláudia Kathyuscia Bispo de. "O que nós quer é ocupar todos os espaços" : a participação sociopolítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em conselhos gestores. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

LAURENTINO, J. S. L. et al.. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de covid-19 no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, p. e210967pt, 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 272 p.

LIMA, Sergio. Bolsonaro cumprimenta manifestantes em Brasília. 2020. 1 imagem. 690 x 496. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/15/bolsonaro-ignora-coronavirus-e-participa-de-manifestacao-contr-congresso-e-stf>. Acesso em: 31 mai. 2023.

LIMA, Sergio. Apoiadores de Jair Bolsonaro em manifestação no Dia do Exército, em Brasília, em 2021. 2021. 1 imagem. 1064 x 614 pixels. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-banco-central/para-alem-da-pandemia-uma-democracia/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

LUCHMANN, Lígia. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Rev. Sociol. Política**, Curitiba, v.20, n.44, p. 111-119. 2012.

MACHADO, A. dos S.; ALBUQUERQUE JORGE, A.; MANÇANO FERNANDES, B. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 47 Out., p. 155–178, 2022. DOI: 10.14393/RCT174708. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66005>. Acesso em: 3 jun. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MENDONÇA, Ricardo F. Valores democráticos. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHÉ, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e**

**degradação política.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 375-390.

MIGUEL, L. F.. RESGATAR A PARTICIPAÇÃO: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO DEBATE CONTEMPORÂNEO. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. Lua Nova, 2017 (100), p. 83–118, jan. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 59, p. 5-42, 2005.

MONTEIRO, L. M.; MOURA, J. T. V. DE .; LACERDA, A. D. F.. Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades. **Sociologias**, v. 17, n. Sociologias, 2015 17(38), p. 156–191, jan. 2015.

MST. 1º Congresso Nacional do MST. 1985. 1 imagem. 500 x 329 pixels. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MST. Marcha Nacional pela Reforma Agrária. 2005. 1 imagem. 606 x 455 pixels. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/02/17/relembre-4-marchas-historicas-do-mst/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MST. MARMITAS DA TERRA 🍲🌱 Nesta semana, o MST recebe o prêmio internacional Esther Busser, por sua atuação na garantia de condições dignas de vida e de trabalho para a população. [S.I.], 20 de out de 2021. Twitter: @MST\_Oficial. Disponível em: [https://twitter.com/MST\\_Oficial/status/1450958292109438977?lang=en](https://twitter.com/MST_Oficial/status/1450958292109438977?lang=en). Acesso em 20 jun. 2023.

MST. Distribuição de alimentos saudáveis em todo país é uma das ações do MST durante pandemia da COVID-19. 2021. 1 imagem. 690 x 450 pixels. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/22/mst-completa-37-anos-e-mostra-a-forca-da-agricultura-familiar-durante-a-pandemia>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MUSSE, Ricardo. Governo Bolsonaro: a calamidade triunfal. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 51-65.

O'DONNELL, G.. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 44, p. 27–54, 1998.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PATEMAN, Carole. Participatory Democracy Revisited. **Perspectives on Politics**. 2012; 10(1). p. 7-19. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/participatory-democracy-revisited/A6D459BB654AD3AA9152FDDC682AC364>.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 21-34.

ROSA, Marcelo Carvalho. Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. [tradução de Cristina Yamagami] - São Paulo: UNESP, 2010. p. 461-478.

ROSA, Rovena. **Manifestação na Avenida Paulista, São Paulo (SP), em março de 2016, levantava bandeiras antipetistas**. 2016. 1 imagem. 690 x 457 pixels. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/10/livro-recem-publicado-analisa-ascensao-do-conservadorismo-no-brasil>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. [tradução de Cristina Yamagami] - São Paulo: UNESP, 2010. p. 397-408.

SANTOS, Jonas. **Camponeses se formam em Direito por meio do Pronera no estado da Bahia**. 2017. 1 imagem. 690 x 460 pixels. Disponível em: <https://www.brasildefatoba.com.br/2017/12/18/camponeses-se-formam-em-direito-por-meio-do-pronera-no-estado-da-bahia>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SANTOS, Rafael Silva dos et al . Mobilização política em tempos de pandemia: a atuação do MST em foco. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 21, n. 52, p. 814-831, dez. 2021 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2021000300013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000300013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 ago. 2023.

SANTOS, R. da S.; THEIS, I. M. .; SCHIOCHET, V. . Combatendo a desigualdade social diante da pandemia Covid-19: as ações de solidariedade do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 9-36, 2022. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.463. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/463>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SANTOS, Oam. Em junho do ano passado, torcedores antifascistas dos quatro grandes clubes de São Paulo protestaram com uso generalizado de máscaras. 2020. 1 imagem. 700 x 440. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/torcidas-organizadas-antifascismo-manifestacao/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SCHINCARIOL, Miguel. Manifestação #Elenão no Largo da Batata em São Paulo. 2018. 1 imagem. 980 x 555 pixels. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/album/1538260378\\_408372.html#foto\\_gal\\_1](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/album/1538260378_408372.html#foto_gal_1). Acesso em: 20 mai. 2023.

SOUZA, Celina; FONTANELLI, Flávio. Antídotos institucionais do federalismo brasileiro: a covid-19 mudou a dinâmica federativa? In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 135-150.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo. 2ed. São Paulo, 1999.

SZWAKO, José; GURZA LAVALLE, Adrian. Movimentos sociais e sociedade civil:

reconfigurações da mobilização, repensando nossas lentes. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 453-465.

TATAGIBA, Luciana. Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 441-452.

Wikimedia Commons/Divulgação. **Manifestantes protestam contra o aumento da tarifa do ônibus e metrô em São Paulo**. 2013. 1 imagem. 933 x 525 pixels. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/manifestacoes-de-junho-de-2013-relembre-os-fatos-importantes/>. Acesso em: 8 jun. 2023.